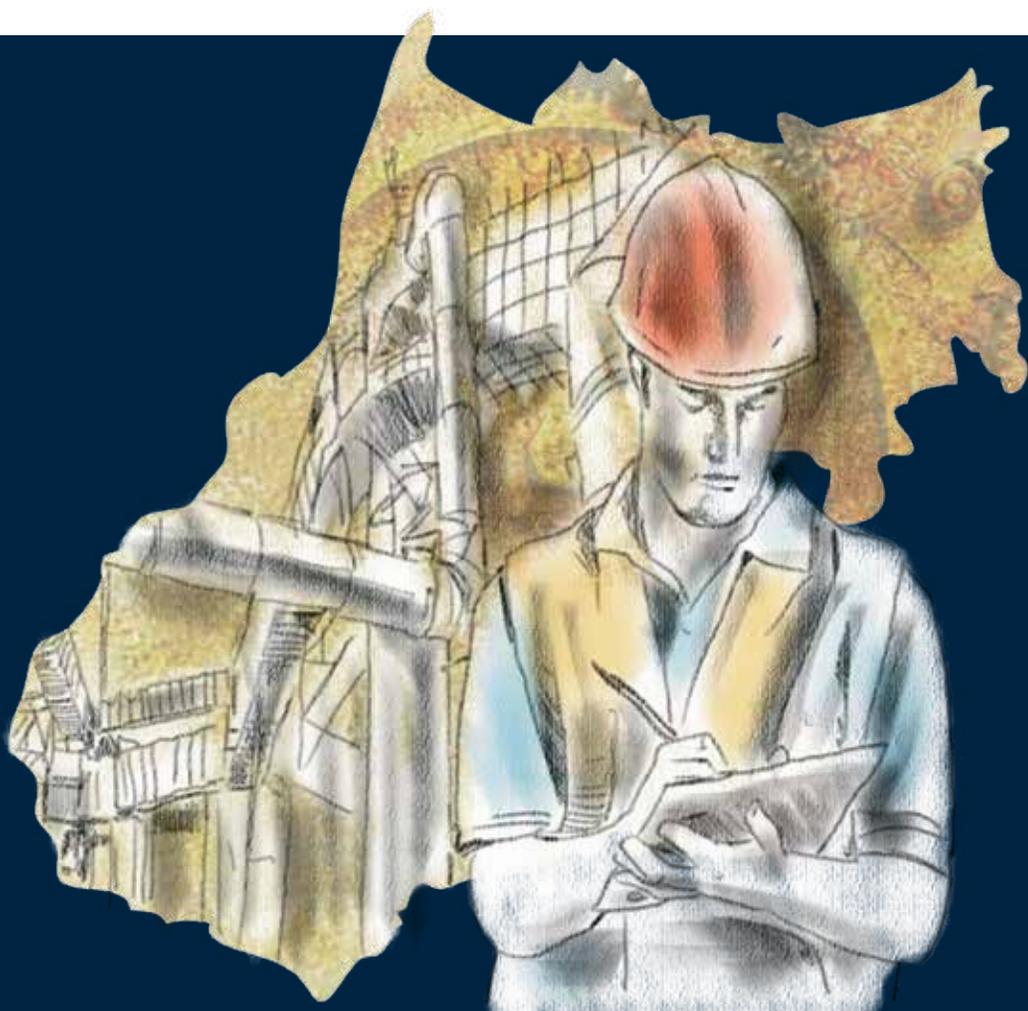


ESTUDOS

Estados Brasileiros

# Goiás



SANDRO EDUARDO MONSUETO  
ORG.



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

# Goiás

## 2000-2013



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

2014

## **FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### **DIRETORIA**

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

### **EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Angélica Ramacciotti

Organizador: Sandro Eduardo Monsueto

Colaboradores: Cláudia Regina Rosal Carvalho, Roberta Teodoro Santos

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: [www.efpa.com.br](http://www.efpa.com.br)

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G615    Goiás 2000-2013 / Sandro Eduardo Monsueto, org. – São Paulo : Editora  
Fundação Perseu Abramo, 2015.  
100 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7643-250-0

1. Goiás - Política. 2. Goiás - Economia. 3. Goiás - Demografia.  
4. Goiás - Aspectos sociais. 5. Goiás - Administração pública. I. Monsueto,  
Sandro Eduardo. II. Série.

CDU 32(817.3)  
CDD 320.981

---

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

## **SUMÁRIO**

- 5 APRESENTAÇÃO**
- 9 INTRODUÇÃO**
- 13 ECONOMIA DO ESTADO**
- 19 SITUAÇÃO SOCIAL**
- 33 INFRAESTRUTURA**
- 39 ESTRUTURA PRODUTIVA**
- 43 DEMOGRAFIA**
- 51 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**
- 59 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 63 POLÍTICA**
- 79 PAC**
- 85 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 95 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria  
Fundação Perseu Abramo*

---

# GOIÁS 2000-2013

---

SANDRO EDUARDO MONSUETO  
ORG.

ESTUDOS

---

Estados Brasileiros



## INTRODUÇÃO

Desde o começo do século XXI, particularmente depois de 2004, a economia brasileira vem experimentando um ciclo de crescimento com características peculiares frente à sua experiência histórica prévia, qual seja: a aceleração do crescimento do produto tem estado associada a um ambiente macroeconômico de relativa estabilidade – com a inflação baixa, redução tendencial da dívida líquida do setor público, aumento na solvência externa etc. – com melhoria no perfil de distribuição de renda. Os salários reais têm crescido; a pobreza recuado, e há significativa criação líquida de empregos formais. Em outros momentos, como no “Milagre Econômico”, o crescimento econômico com melhorias macroeconômicas não se traduzia na conformação de um quadro distributivo menos perverso, pelo contrário. Em períodos como o Plano de Metas e o II PND, o crescimento veio acompanhado de elevada instabilidade macroeconômica. Da mesma forma, foram muitos os episódios de agravamento da vulnerabilidade fiscal externa e de surtos inflacionários, e de estagnação no crescimento, como evidenciado no início dos anos 1960 e nas décadas que se seguiram à crise da dívida externa de 1982. Nesse contexto, a combinação entre crescimento, estabilidade macroeconômica e melhoria no perfil distributivo merece atenção dos analistas, não somente enquanto um objeto de análise em si, como, também, enquanto estímulo para busca de estratégias econômicas e políticas capazes de sustentar e potencializar este que parece ser um ciclo virtuoso.

Goiás não está inerte dentro desse contexto histórico e essas alterações no ambiente econômico também repercutiram dentro do território. Nesse sen-

tido, o presente relatório busca mostrar algumas das características do estado referentes aos aspectos econômicos, sociais e às condições de infraestrutura e emprego. Além disso, são consideradas também as dimensões demográficas, das políticas públicas e das obras de investimento que têm sido realizadas.

## A HISTÓRIA DE GOIÁS

Entre os séculos XVI e XVII, o território goiano recebeu diversas expedições exploratórias, todavia tais expedições não mantinham uma população estável na região, ou objetivavam a criação de vilas. A ocupação só passou a ser efetiva a partir da descoberta de ouro, pois despertou o interesse do império que organizou Bandeiras. A mais famosa foi a chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva. Acompanhado de seu filho, de mesmo nome, ele obteve sucesso em sua expedição ao sertão, o que atraiu outros Bandeirantes. Em 1720, Bartolomeu, o filho, chega a Lagoa Mestre d'Armas. Nessa expedição, foram coletadas pepitas de diferentes minas, atraindo milhares de aventureiros para a região. Com o esgotamento das jazidas auríferas, em 1780, a Capitania de Goiás regressou a uma economia de subsistência, gerando problemas financeiros. Na tentativa de reverter tal situação, o governo português passou a incentivar e promover a agricultura em Goiás, sem grandes resultados.

Em 1822, a Capitania de Goiás passou à categoria de província. Tal fato acarretou pequenas mudanças de ordem política e administrativa, mas não alterou a realidade socioeconômica de Goiás, que continuava pobre e no isolamento.

Nas primeiras décadas do século XIX houve expansão da pecuária no estado e, conseqüentemente, o aumento da população. É nessa época que a província de Goiás recebeu fluxos migratórios advindos, em geral, dos estados do Pará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Nem os problemas socioeconômicos goianos, nem as elites dominantes se alteraram com a proclamação da república (1889), as mudanças observadas foram apenas de ordem política e administrativa. Mas a partir de 1891, o estado começou a vivenciar certo desenvolvimento com a instalação do telégrafo e com a chegada da estrada de ferro. Entretanto o norte goiano permanecia praticamente incomunicável, pois a estrada de ferro não se prolongou até lá. Nesse período, o setor mais rentável era a pecuária e o latifúndio predominava no estado.

Com a revolução de 1930, o governo adotou a meta de desenvolver o estado, resolver os problemas do transporte, da educação, da saúde e da exportação. Além disso, a revolução e seus ideais de “progresso” e “desenvolvimento” deram início à construção de Goiânia. Por apresentar melhores condições hidrográficas, topográficas, climáticas e, pela proximidade da estrada de ferro,

a região de Campinas foi escolhida para ser o local onde se constituiria a nova capital. Em novembro de 1935 iniciou-se a mudança provisória da capital. O nome “Goiânia”, sugerido pelo professor Alfredo de Castro foi escolhido em um concurso. A transferência definitiva da nova capital, da cidade de Goiás para Goiânia, se deu em março de 1937.

Após um período de decadência da mineração, de isolamento e esquecimento nacional a construção de Goiânia devolveu confiança aos goianos e a possibilidade de pensarem na grandeza do futuro. O desbravamento do Mato Grosso Goiano, a campanha “Marcha para o Oeste” e a construção de Brasília contribuiriam para que Goiás crescesse em um ritmo acelerado na década de 1940. Estimulada pela forte imigração, advinda principalmente dos estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais, houve multiplicação da população do estado de Goiás. Contudo, a industrialização não acompanhou a urbanização nesse período. A economia continuava baseada no setor primário e o sistema latifundiário permanecia.

Já na década de 1950, foi criado o Banco do Estado e as Centrais Elétricas de Goiás S.A (CELG). O governo Mauro Borges (1960-1964) propôs o “Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás” com foco nas áreas de agricultura e pecuária, turismo, energia elétrica, educação e cultura, saúde e assistência social, levantamento de recursos naturais, transportes e comunicações etc.

Nas últimas três décadas, o estado de Goiás passou por importantes transformações. O retorno da democracia para o cenário político foi representado pela eleição de Iris Rezende para governador, em 1982. Nesse campo, Goiás sempre fora significativo na representação em nível federal, com diversos governadores eleitos senadores ou nomeados ministros de estado.

No campo econômico, projetos com iniciativas voltadas para o campo até a construção de grandes estruturas logísticas que visavam dinamizar a economia ganharam forma, a exemplo do Porto Seco de Anápolis e a implantação da Ferrovia Norte-Sul. Mas as modificações econômicas, no entanto, deixaram os problemas sociais ainda mais graves, com o registro de uma parcela significativa da população sem moradia digna e desempregada. Tal situação mobilizou os governantes e a população a empreender ações concretas de forma a minimizar essas dificuldades, como programas de transferência de renda, profissionalização e moradia, além de programas de estímulos para que a população se mantivesse no campo, evitando o êxodo rural.

Tendo a redemocratização como cenário da vida política nacional, a sociedade passa a exigir mais em relação às atividades administrativas, isso fez com que ocorressem várias “reformas administrativas” que buscavam a racionalização, melhoria e moralização da administração pública. Goiás também

aumentou seu destaque quanto à produção no setor cultural, com a eleição da cidade de Goiás como patrimônio da humanidade e com seus talentos artísticos sendo consagrados, como Goiandira de Couto, Siron Franco e Cora Coralina, nesse período.

Durante o período do regime militar, o deputado federal Siqueira Campos iniciou uma campanha a qual pedia a nova divisão territorial da Amazônia Legal (com ênfase no norte goiano), uma vez que o norte do estado ainda tinha fraco desempenho econômico. A campanha também foi apoiada por intelectuais, por meio do surgimento da Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte). A discussão pela divisão foi levada do nível estadual para o federal, onde a proposta foi rejeitada pelo então presidente José Sarney (1985), sob a alegação de o estado ser inviável economicamente.

A mobilização popular e política da região norte fizeram com que o governador de Goiás, Henrique Santillo, em 1986, apoiasse a proposta de divisão. A efetivação dessas articulações deu-se durante a Assembleia Constituinte, que elaborou a nova Constituição Nacional, em 1988, e que contemplou a criação do estado do Tocantins, a partir de 1º de janeiro de 1989.

## ECONOMIA DO ESTADO

O objetivo deste capítulo é apresentar uma descrição geral da economia do estado de Goiás, destacando a evolução e composição da renda total, da participação do setor público nos gastos e arrecadações, além da participação do investimento. Os dados são oriundos basicamente do Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz/GO), sistematizados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e pelo Instituto Mauro Borges de Pesquisas Econômicas (IMB).

### **EVOLUÇÃO DO PIB TOTAL E DO PIB *PER CAPITA***

O PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região ou país, sendo um dos principais agregados macroeconômicos. Seu valor ou, principalmente, sua taxa de evolução tem se constituído como a principal medida de crescimento econômico de uma sociedade, ainda que considere essencialmente aspectos monetários, sem contabilizar os custos ambientais de sua consecução. Para fins desta seção, são considerados os valores do PIB real, deflacionado a preços constantes de 2000, permitindo sua comparação ao longo do tempo.

De acordo com os dados do IBGE, o PIB real goiano de 2010 atingiu a marca de R\$ 43.538.289.561,89, representando a décima posição no *ranking* das Unidades da Federação, ficando abaixo do Distrito Federal e acima do estado de Pernambuco. Goiás tem o maior valor de produção real da região

Centro-Oeste, com uma evolução histórica mais favorável. O estado teve três momentos de queda da produção, sendo o primeiro logo após o período de abertura comercial pelo qual o país passou no início dos anos 1990. Ao final desta mesma década, a economia geral do estado também parece ter sofrido com as consequências da sequência de crises mundiais ocorridas entre 1998 e 1999, quando o PIB real local apresentou uma queda de 3%. O terceiro período de queda mais significativa ocorreu em anos mais recentes, entre 2004

**Tabela 1**

**Unidades da Federação – Composição do PIB (valor adicionado) e PIB *per capita* segundo (R\$ 1.000 de 2000) 2006-2010**

Estado	Indústria	Serviços	Agropecuária	2006	2010	Taxa variação
Rondônia	12,3	64,1	23,6	5,0	6,7	35,3
Acre	12,7	70,1	17,2	4,2	5,2	23,5
Amazonas	41,5	53,4	5,1	7,0	7,7	9,1
Roraima	12,7	81,6	5,6	5,4	6,3	16,4
Pará	32,3	59,6	8,1	3,7	4,6	23,6
Amapá	9,2	87,5	3,2	5,1	5,5	8,8
Tocantins	22,8	56,6	20,6	4,3	5,6	29,9
Maranhão	15,4	68,1	16,6	2,7	3,1	11,9
Piauí	17,0	72,9	10,2	2,5	3,2	26,2
Ceará	24,5	70,4	5,1	3,3	4,1	22,9
Rio Grande do Norte	19,9	74,8	5,3	4,0	4,6	13,6
Paraíba	22,1	72,2	5,7	3,3	3,8	15,8
Pernambuco	22,0	73,2	4,8	3,9	4,8	24,6
Alagoas	20,6	71,9	7,5	3,1	3,5	14,6
Sergipe	27,9	66,2	5,9	4,5	5,2	15,1
Bahia	28,7	63,6	7,7	4,1	4,9	19,6
Minas Gerais	30,0	60,9	9,0	6,5	8,0	22,3
Espírito Santo	29,8	63,5	6,8	9,0	10,4	15,3
Rio de Janeiro	26,3	73,2	0,5	10,5	11,4	8,1
São Paulo	29,0	69,3	1,6	11,6	13,5	16,3
Paraná	28,2	64,1	7,7	7,8	9,3	18,9
Santa Catarina	32,8	59,0	8,2	9,3	10,9	17,3
Rio Grande do Sul	29,2	60,9	9,9	8,5	10,5	24,0
Mato Grosso do Sul	18,5	66,0	15,5	6,3	7,9	26,1
Mato Grosso	16,9	54,5	28,6	7,3	8,8	19,6
Goiás	27,0	59,0	14,0	5,9	7,3	22,7
Distrito Federal	6,6	93,0	0,5	22,3	26,1	16,9

Fonte: Ipea.

e 2005, quando a produção caiu em 2%. Contudo, logo após cada um desses momentos de retração, a economia do estado de Goiás voltou a apresentar crescimento que praticamente compensou a queda anterior.

Além da evolução do valor total produzido no estado, é importante também considerar sua composição setorial. Os dados da Tabela 1 permitem comparar a participação de cada um dos três grandes setores da economia na formação do Valor Adicionado Bruto de cada Unidade da Federação. Esse valor agregado nada mais é que o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

O setor industrial em Goiás representa cerca de 27% deste valor, sendo uma das maiores participações deste setor quando comparado aos demais estados do país. Ainda assim, o setor de serviços continua sendo o principal formador de renda do país e da região. O setor agropecuário, apesar da crescente participação observada ao longo dos últimos anos, forma 14% do valor adicionado do estado de Goiás. Contudo, é importante destacar o papel do agronegócio para a economia local, que tem parte de sua produção contabilizada no PIB industrial e outra na participação da agropecuária.

Em termos de PIB *per capita*, ou seja, o valor total produzido dividido pelo tamanho da população local, Goiás também apresenta uma importante expansão de seu valor, superando a média de crescimento observada por estados considerados mais centrais na economia nacional, como os da região Sudeste do país. Contudo, o estado se situa na 12<sup>a</sup> colocação do *rank* das Unidades da Federação quando considerado este aspecto.

## FINANÇAS PÚBLICAS

A situação das finanças públicas do estado de Goiás pode ser analisada por meio dos dados do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional, organizados pelo Ipea e pelo Instituto Mauro Borges.

O ICMS representa a principal fonte de receita tributária dos estados brasileiros. Em Goiás, esta participação chega a 80% das receitas de tributos e taxas, enquanto nos demais estados da região Centro-Oeste essas taxas são maiores (cerca de 86% em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Essa participação também é menor do que o observado para a média dos estados brasileiros. Por outro lado, este imposto representa 56% das receitas correntes goianas.

Em 2012 o estado arrecadou cerca de R\$ 11.369.285 mil em ICMS representando um aumento nominal de 15% em relação ao ano anterior, segundo

informações da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O setor industrial é a principal fonte de arrecadação desse tributo, representando aproximadamente 19% de sua receita do ano de 2012. Por outro lado, o setor de energia elétrica tem ganhado espaço, e a tendência é que o mesmo seja a principal fonte de arrecadação fiscal do estado nos próximos anos.

Com relação às despesas, nota-se uma elevada participação com gastos em Encargos Especiais (25,3% no ano de 2010, conforme dados do Ipea). Em Goiás, as despesas com educação e cultura também se destacam entre as demais, representando 15% do montante realizado durante o exercício de 2010.

### **ENDIVIDAMENTO E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

Como permite ver os dados da Tabela 2, a proporção da dívida consolidada líquida sobre as receitas correntes líquidas no estado tem apresentado uma melhora no período recente, devido, sobretudo, ao aumento do volume das receitas. A dívida corrente líquida basicamente é a dívida do estado com terceiros, descontado seu próprio patrimônio. Como não foram apresentados aumentos significativos na alíquota dos principais impostos da região, o que se conclui é que a situação da dívida se tornou mais confortável devido ao aumento do volume arrecadado via aumento da base de tributação. Ou seja, a produção do estado aumentou e, com ela, suas receitas correntes.

No que se refere às despesas com pessoal, deve-se atentar para o que ditam as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso para zelar pelo equilíbrio das contas públicas de estados e municípios. De acordo com essa lei, as despesas com folha de pagamento não devem ultrapassar a margem de

**Tabela 2**

**Goiás – Dívida consolidada líquida, receita corrente líquida e despesas com pessoal  
2011 e 2012**

	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Dívida consolidada líquida (DCL)	13.679.135.829,56	14.378.868.945,24
Receita corrente líquida (RCL)	12.064.841.153,42	13.365.786.266,07
DCL/RCL	113,4%	107,6%
Despesa total com pessoal (DTP)	4.696.448.889,89	5.503.558.878,48
DTP/RCL	38,9%	41,2%
<b>Limites da LRF com DTP</b>		
Limite máximo	48,60%	
Limite prudencial	46,17%	

Fonte: Sefaz-GO.

LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal.

48,60% das receitas correntes líquidas. Como mostram os dados apresentados, Goiás tem se mantido dentro desta margem apesar do aumento observado em 2012. Ainda assim, as despesas com pessoal do estado de Goiás se encontram inclusive abaixo do limite prudencial recomendado pela LRF.

### *INVESTIMENTOS*

Os gastos com capital, de acordo com a lei 4.320/64, englobam as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Segundo o Ipea, estão enquadradas nessas contas, portanto, as despesas com equipamentos e instalações. Desta forma, parecem informações adequadas para medir e comparar o nível de investimento dos estados do Brasil.

Apensar de ainda se manter abaixo da média das Unidades da Federação, os dados sobre despesas de capital mostram uma evolução quase sempre positiva do nível de investimento do estado de Goiás, superando nos anos recentes os demais estados da região Centro-Oeste. O volume destes gastos devem mostrar sinais de aumento assim que forem atualizados para captar os anos mais recentes, principalmente 2012 e 2013, quando o estado investiu na reforma e duplicação de uma série de rodovias.

## **SÍNTESE DA ECONOMIA DO ESTADO**

Goiás tem se firmado na economia do país com uma elevada taxa de crescimento da produção e da arrecadação. A economia do estado tem se recuperado de forma relativamente segura dos períodos de crise mundial e mostra uma importante evolução de seu nível de investimentos. Pelo lado das despesas com pessoal, apesar do aumento do volume, estas ainda se encontram dentro da margem de segurança da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, pode-se dizer que a economia local apresenta a solidez necessária para manter o ritmo de crescimento. Contudo, outros fatores também devem ser considerados, como a baixa diversificação da produção e a elevada dependência de arrecadação via ICMS, sendo esta última praticamente comum a todas as Unidades da Federação.



## SITUAÇÃO SOCIAL

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. No entanto, desde o início desse novo século, a desigualdade de renda no Brasil segue uma trajetória de redução lenta, porém quase contínua, tanto quando medida pelo Índice de Gini quanto pela razão de renda entre estratos da distribuição. Outro aspecto importante associado a esta redução na desigualdade é sua coincidência com um ciclo de expansão da renda com relativa estabilidade macroeconômica, caracterizada, dentre outras coisas, pela inflação moderada, redução tendencial da dívida líquida do setor público e aumento na solvência externa. Ademais, verificou-se crescimento na oferta líquida de postos de trabalho, na formalização do emprego e nos salários reais, e recuo na pobreza monetária (Ipea, 2009 e 2010). Este novo ambiente macroeconômico pode apresentar uma série de benefícios não apenas financeiros, mas também de condições de vida e segurança, configurando o que pode ser chamado de situação social geral ou bem estar social.

Este capítulo busca descrever como Goiás se insere nesta nova configuração no que diz respeito às condições de vulnerabilidade de seus residentes em termos de pobreza e desigualdade de renda, mercado de trabalho e indicadores de violência. As principais bases de dados utilizadas nesta seção têm como fonte as informações dos Censos Demográficos do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além disso, são utilizadas algumas fontes de informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, além de outras instituições de alcance regional.

## POBREZA

Em uma sociedade capitalista, o nível de renda de uma família ou de um indivíduo representa sua capacidade de adquirir bens e serviços necessários não apenas à sua sobrevivência, mas também de ter acesso a melhorias substanciais em sua condição de vida. Desta forma, existe a necessidade de que uma família mantenha um nível mínimo de renda para seu sustento e bem-estar. Quando isso não ocorre ou quando o volume recebido de renda está próximo a este limite, tem-se o que se denomina de situação de pobreza.

Com base nas informações do Censo Demográfico, é possível identificar a porcentagem de famílias pobres em Goiás, além de permitir caracterizar a forma como a renda se encontra distribuída entre os residentes. Para tanto, é necessário definir uma linha de pobreza, ou seja, um nível de renda *per capita* abaixo do qual um domicílio pode ser considerado pobre. Em geral, a medida padrão desta linha é o equivalente a meio salário-mínimo nacional, apesar de existirem outras formas de mensuração não monetária desse limite – ver, por exemplo Rocha (2000).

Utilizando a definição de meio salário-mínimo, a Tabela 3 utiliza os dados dos censos demográficos para obter a porcentagem de indivíduos pobres ou vulneráveis à pobreza. Os dados mostram a proporção de pessoas com renda *per capita* inferior a R\$ 255,00 mensais, medidos a preços de agosto de 2010, o que equivaleria a meio salário-mínimo nesta data. Isso mostra que 24% dos residentes no estado podem ser considerados pobres e que esta taxa vem caindo ao longo dos últimos anos. De fato, a vulnerabilidade à pobreza em Goiás diminuiu cerca de 22 pontos percentuais em uma década, configurando-se como a menor da região Centro-Oeste, mas ainda acima da média nacional.

Quando a análise cuida apenas das crianças em situação de pobreza, nota-se a maior vulnerabilidade desses indivíduos não apenas no estado de Goiás como no restante do país. Por outro lado, somada à menor proporção da região, o estado também tem conseguido reduzir a proporção de crianças pobres entre seus residentes.

Contudo, a situação de pobreza não pode ser avaliada apenas pelo nível de renda de uma população ou família, existindo outros fatores que influenciam no bem-estar dos cidadãos. Em outras palavras, pode-se pensar no nível de desenvolvimento da sociedade. Uma medida deste nível de desenvolvimento amplamente utilizada é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, segundo o PNUD, mensura o grau de desenvolvimento humano da sociedade em questão, variando entre zero e um e, quanto mais próximo da unidade, maior é o nível de desenvolvimento humano atingido pela sociedade em análise. O indicador é auferido a partir de dados relativos à expectativa de vida ao nascer, educação e

renda *per capita* em nível nacional. O índice foi desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e vem sendo utilizado pelo PNUD em seus relatórios anuais, facilitando a comparação entre países, regiões e municípios.

A Tabela 4 mostra a situação geral das Unidades da Federação em relação ao IDH, revelando que Goiás apresenta um nível moderado de desenvolvimento, sendo o maior da região Centro-Oeste e o 8º melhor resultado do Brasil. O índice

**Tabela 3**  
Unidades da Federação – Vulnerabilidade à pobreza (em %)  
2000-2010

	Vulneráveis à pobreza		Crianças vulneráveis à pobreza	
	2000	2010	2000	2010
Rondônia	53,65	33,33	64,24	47,20
Acre	65,28	50,97	75,65	66,40
Amazonas	68,38	51,78	78,77	66,07
Roraima	53,97	45,72	64,98	59,92
Pará	69,77	55,99	79,97	70,23
Amapá	59,32	45,22	69,49	58,26
Tocantins	68,45	44,71	78,09	59,87
Maranhão	81,41	63,58	88,42	77,47
Piauí	77,60	58,13	86,13	74,36
Ceará	73,43	54,85	83,60	71,73
Rio Grande do Norte	68,29	47,70	79,61	65,13
Paraíba	72,39	53,65	82,90	71,20
Pernambuco	67,83	51,86	79,83	69,74
Alagoas	76,24	59,76	85,46	75,78
Sergipe	70,77	52,13	81,61	69,59
Bahia	71,25	52,71	82,61	70,03
Minas Gerais	48,17	28,85	63,51	46,41
Espírito Santo	46,40	26,82	61,06	42,95
Rio de Janeiro	32,56	22,26	48,46	37,97
São Paulo	26,55	16,13	40,08	28,57
Paraná	41,24	19,70	55,03	32,72
Santa Catarina	31,40	12,36	44,16	22,31
Rio Grande do Sul	34,53	18,65	49,68	33,86
Mato Grosso do Sul	48,36	26,83	62,01	42,54
Mato Grosso	46,92	27,00	58,85	40,73
Goiás	46,38	24,22	59,94	38,39
Distrito Federal	28,89	16,00	41,13	27,07

Fonte: Ipea e IBGE.

pode ser decomposto em seus três elementos formadores – educação, longevidade e renda, permitindo verificar que o fator escolaridade é o ponto mais fraco do desenvolvimento humano goiano. Em compensação, o componente longevidade, que capta a esperança de vida da população e, consequentemente seu nível de saúde, se constitui como o lado mais forte do desenvolvimento no estado.

Os dados do PNUD são também disponibilizados para cada um dos municípios goianos, permitindo observar como as regiões do estado têm evoluído ao longo do tempo em termos de desenvolvimento humano. As Figuras 1 e 2

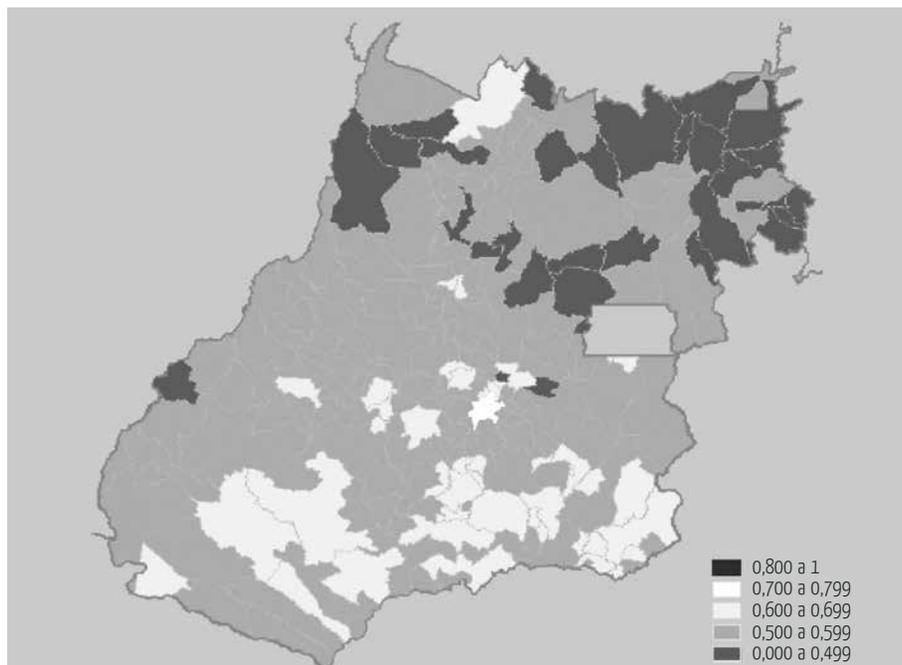
**Tabela 4**
**Unidades da Federação – Índice de Desenvolvimento Humano  
2010**

	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda
Rondônia	0,690	0,577	0,800	0,712
Acre	0,663	0,559	0,777	0,671
Amazonas	0,674	0,561	0,805	0,677
Roraima	0,707	0,628	0,809	0,695
Pará	0,646	0,528	0,789	0,646
Amapá	0,708	0,629	0,813	0,694
Tocantins	0,699	0,624	0,793	0,690
Maranhão	0,639	0,562	0,757	0,612
Piauí	0,646	0,547	0,777	0,635
Ceará	0,682	0,615	0,793	0,651
Rio Grande do Norte	0,684	0,597	0,792	0,678
Paraíba	0,658	0,555	0,783	0,656
Pernambuco	0,673	0,574	0,789	0,673
Alagoas	0,631	0,520	0,755	0,641
Sergipe	0,665	0,560	0,781	0,672
Bahia	0,660	0,555	0,783	0,663
Minas Gerais	0,731	0,638	0,838	0,730
Espírito Santo	0,740	0,653	0,835	0,743
Rio de Janeiro	0,761	0,675	0,835	0,782
São Paulo	0,783	0,719	0,845	0,789
Paraná	0,749	0,668	0,830	0,757
Santa Catarina	0,774	0,697	0,860	0,773
Rio Grande do Sul	0,746	0,642	0,840	0,769
Mato Grosso do Sul	0,729	0,629	0,833	0,740
Mato Grosso	0,725	0,635	0,821	0,732
Goiás	0,735	0,646	0,827	0,742
Distrito Federal	0,824	0,742	0,873	0,863

Fonte: Ipea/PNUD.

**Figura 1**

Goiás – Índice de Desenvolvimento Humano para os municípios goianos  
2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

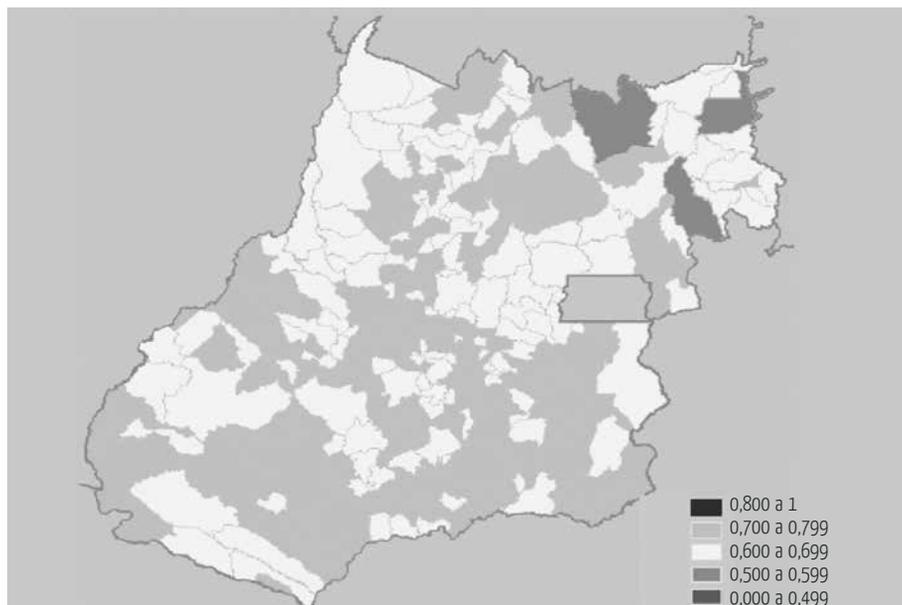
mostram que o estado passou por uma profunda transformação em termos de desenvolvimento ao longo de dez anos. Os dados do final da década de 1990 mostram um estado com a grande maioria dos municípios classificados como os níveis mais baixos de IDH, enquanto os resultados obtidos para o ano de 2010 exibem um quadro bem diferente.

Ainda assim, nenhum dos municípios do estado pode ser classificado como sendo de alto desenvolvimento, predominando a formação de regiões de valores médios do índice. Também é visível a formação de “ilhas” de baixo desenvolvimento humano no nordeste do estado de Goiás, perto da fronteira com o estado de Tocantins, enquanto a parte sul e sudeste, importantes polos de desenvolvimento agroindustrial, exibem a formação de alguns blocos de mais alto IDH.

## DESIGUALDADE

A análise da situação econômica e social de uma sociedade não pode passar apenas pelo volume de sua produção, comumente analisado através do

Figura 2

Goiás – Índice de Desenvolvimento Humano para os municípios goianos  
2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

PIB. O uso do tradicional PIB *per capita*, o produto total da sociedade dividida por cada residente, de igual forma pode conduzir a interpretações equivocadas por se tratar de uma média simples e não considerando a forma como essa produção se encontra distribuída entre a população.

Para tentar considerar os aspectos distributivos, ou seja, o nível de desigualdade de renda, pode-se utilizar o denominado Índice de Gini. Tal índice é uma medida da desigualdade da distribuição de renda amplamente utilizado na comparação entre países ou regiões, devido, sobretudo, à sua simplicidade de cálculo e poder explicativo. O índice apresenta uma variação de zero a um, onde um valor igual a zero significa a perfeita distribuição de renda, caso em que todos os indivíduos estariam recebendo exatamente o mesmo valor de renda. Um índice igual a um aponta para a completa desigualdade. Dessa forma, quanto menor o valor do índice, melhor é a distribuição de renda da sociedade em análise.

Os dados da Tabela 5, construídos com base na renda domiciliar *per capita* dos indivíduos obtida por meio dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, permitem visualizar que o estado de Goiás apresenta uma menor desigualdade de renda, quando comparado com a média do país. É importante observar que todos

os estados e regiões do Brasil apresentaram redução da desigualdade de renda no período de abrangência dos dados, ainda que em percentuais diferenciados.

São múltiplas as origens desta diminuição da desigualdade de renda, destacando-se a persistência da estabilidade econômica (Rocha, 2000), os programas de distribuição de renda condicionada do governo federal e a evolução favorável da renda do trabalho (Barros *et. al.*, 2007 e 2010). De acordo com esses autores, a renda do trabalho explicaria 60% da queda na desigualdade quando medida pelo Índice de Gini e 41% quando medida pela relação 20% mais pobres e 20% mais ricos. Esse virtuoso comportamento do mercado de

**Tabela 5**

**Unidades da Federação - Índice de Gini**  
2000-2010

	2000	2010	Varição (%)
Rondônia	0,575	0,505	12,1
Acre	0,590	0,550	6,7
Amazonas	0,600	0,557	7,1
Roraima	0,560	0,553	1,2
Pará	0,602	0,539	10,4
Amapá	0,579	0,547	5,5
Tocantins	0,604	0,540	10,5
Maranhão	0,609	0,547	10,1
Piauí	0,621	0,560	9,8
Ceará	0,626	0,556	11,1
Rio Grande do Norte	0,605	0,552	8,7
Paraíba	0,601	0,553	7,9
Pernambuco	0,622	0,559	10,1
Alagoas	0,623	0,557	10,5
Sergipe	0,568	0,563	0,8
Bahia	0,611	0,551	9,8
Minas Gerais	0,584	0,508	13,0
Espírito Santo	0,579	0,514	11,2
Rio de Janeiro	0,574	0,538	6,2
São Paulo	0,561	0,504	10,1
Paraná	0,580	0,488	15,8
Santa Catarina	0,540	0,448	17,0
Rio Grande do Sul	0,561	0,490	12,6
Mato Grosso do Sul	0,601	0,513	14,6
Mato Grosso	0,601	0,499	16,9
Goiás	0,598	0,505	15,5
Distrito Federal	0,607	0,573	5,6

Fonte: Ipea e IBGE.

trabalho estaria associado à forte criação de empregos formais, melhoria do capital humano, redução da discriminação salarial por cor e gênero e redução da segmentação setorial e geográfica.

No caso de Goiás, o estado foi um dos que apresentou queda mais significativa da desigualdade, de acordo com a variação percentual do Índice de Gini entre os dois períodos censitários.

## DESEMPREGO

Dentro da população em idade produtiva podem existir indivíduos impossibilitados ou sem interesse em ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho em determinado momento. Os primeiros seriam o caso, por exemplo, de pessoas aposentadas, por idade ou por invalidez, os indivíduos encarcerados ou enfermos etc. Entre os que não têm interesse em disponibilizar seu trabalho no mercado, pode ser destacado o caso daqueles que decidem se dedicar exclusivamente às atividades de estudos ou às atividades domésticas, ou ainda a situação na qual o indivíduo literalmente não está disposto a trabalhar ou desistiu de procurar emprego. Sendo assim, ao restante da população denomina-se de População Economicamente Ativa (PEA), definida como toda a massa da população disponível para exercer atividades remuneradas no mercado de trabalho, seja como empregada ou como empregadora.

Por fim, não são todos os indivíduos que se colocam à disposição das empresas que serão contratados, uma vez que, como anteriormente exposto, as oportunidades de emprego dependem da capacidade de absorção do mercado. É deste campo que vem a denominada taxa de desemprego, definida como a proporção de indivíduos dispostos a trabalhar e que não encontram colocação no mercado.

A PEA, ocupada ou desempregada, é a parcela da população que pode ser realmente definida como a oferta de mão de obra local, composta por todos os indivíduos em idade ativa dispostos a exercer atividades remuneradas no mercado de trabalho. É com este grupo populacional que as empresas poderão contar para realizar suas atividades produtivas e é, em geral, daí que vem a maior parte da renda das famílias. É ainda sobre este grupo que tende a incidir grande parte das políticas públicas relacionadas ao emprego, como legislação trabalhista, regulação de salário-mínimo, jornada de trabalho etc.

Em Goiás, essas informações podem ser sintetizadas com o auxílio da Tabela 6. A população em idade ativa corresponde a 84,8% do total da população, se considerados os residentes maiores de dez anos, segundo a metodologia adotada pelo IBGE. Desta população, pouco mais da metade pode ser considerada economicamente ativa, trabalhando ou em busca de emprego e

**Tabela 6****Goiás – Condição de atividade da população  
2010**

	<b>2010</b>
População menor de 10 anos	15,2%
População em idade ativa (PIA)	84,8%
Total	100%
População não economicamente ativa	32,2%
População economicamente ativa (PEA)	52,6%
Empregados	93,7%
Desempregados	6,3%

Fonte: IBGE.

constituindo a oferta de mão de obra para as atividades produtivas do estado. Finalmente, com base nestas informações, é possível obter a taxa de desemprego goiana, que gira em torno de 6% da população economicamente ativa.

Ainda com a ajuda dos dados do Censo Demográfico de 2010, é possível a visualização espacial do comportamento da taxa de desemprego nos municípios do estado de Goiás. As regiões mais dinâmicas do estado, movidas essencialmente pelo agronegócio, são justamente as que oferecem as menores taxas de desemprego. Por outro lado, a parte norte do estado apresenta taxas de desemprego médias acima da casa dos 7%. Considerando que o mercado de trabalho é a principal fonte de renda da população brasileira, tal situação tende a expor as famílias destas localidades a uma maior vulnerabilidade social.

## INFORMALIDADE

A taxa de informalidade em Goiás pode ser analisada por meio da proporção de trabalhadores que atuam sem a posse da carteira de trabalho assinada. Como mostram os dados censitários organizados na Tabela 7, cerca de 23% da mão de obra ocupada pode ser enquadrada nesta situação, sendo mais intensa entre as trabalhadoras do sexo feminino. Se considerada a soma de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria, as mulheres apresentam uma maior taxa de informalidade, atingindo a quase 30% de sua mão de obra.

Uma das consequências imediatas da informalidade é a precariedade das relações de trabalho. A ausência da intermediação institucional do Estado pode tornar mais fraca e assimétrica a relação capital-trabalho, favorecendo a flexibilização quantitativa e a rotatividade da mão de obra, o que pode produ-

zir postos de trabalho de baixa qualidade, sem investimentos significativos em tecnologia e/ou recursos humanos e trabalhadores sem qualificação profissional definida – Cardoso (1999).

**Tabela 7****Goiás – Posição na ocupação dos trabalhadores  
2010**

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Empregados com carteira de trabalho assinada	44,9	38,9	42,4
Militares e funcionários públicos	4,8	9,9	6,9
Empregados sem carteira de trabalho assinada	21,2	27,3	23,8
Trabalhadores por conta própria	24,3	17,8	21,6
Empregadores	2,4	1,6	2,1
Trabalhadores não remunerados	0,9	2,4	1,5
Trabalhadores na produção para consumo próprio	1,5	2,1	1,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico.

## CONSUMO DE DROGAS

O Ministério Público de Goiás divulgou uma pesquisa realizada em 2004 sobre o consumo de drogas entre estudantes das capitais da região Centro Oeste do país. Para o caso de Goiânia, os dados mostram que 69,8% dos estudantes da capital fazem consumo regular de álcool, sendo 25,9% de cigarro e tabaco. Entre as drogas ilícitas, 7,2% dos entrevistados afirmaram fazer uso de maconha e 4,0% de cocaína.

Os dados sobre ocorrência policial da Secretaria de Segurança Pública permitem visualizar como o tráfico de drogas é mais intenso em municípios específicos, mas também mostram que o problema tem atingido a todas as regiões do estado de Goiás. A maior proporção de municípios na parte sudeste mostra uma intensa relação entre o tráfico de drogas e o poder de compra de seu mercado consumidor. Justamente nos municípios de maior renda há a maior proporção de ocorrências pela Polícia Militar.

O próprio Ministério Público de Goiás tem promovido uma série de programas em parceria com as polícias Civil e Militar visando combater o consumo e o tráfico de entorpecentes no estado. Abaixo estão alguns dos programas que contam com a participação do órgão – Ministério Público de Goiás (2013):

### SER LIVRE

Programa da Polícia Civil do estado de Goiás, voltado para ações preventivas e repressivas às drogas. Visa alcançar a sociedade com a realização de pes-

**Tabela 8**

**Consumo de drogas entre estudantes (em %)**  
2010

	Álcool	Tabaco	Maconha	Cocaína	Solventes
Brasília – DF	46,1	17,1	5,3	2,3	15
Campo Grande – MS	68,7	24,2	3,7	1,1	14,5
Cuiabá – MT	59,3	18	3,7	1,4	15
Goiânia – GO	69,8	25,9	7,2	4	21,3

Fonte: Ministério Público de Goiás.

quisas, cursos, palestras e atendimentos. O trabalho será desenvolvido por policiais civis, voluntários, servidores públicos de diversas áreas e representantes de organizações não governamentais, já treinados pela Academia da Polícia Civil.

### **ESCOLA SEM DROGAS**

Programa governamental foi criado em 1993, em decorrência da consciência institucional da Polícia Civil de que, somente a repressão às drogas não resolveria este problema que envolve saúde e segurança pública, cujo custo social é elevado e enfraquece a sociedade. Tem como objetivo geral a atividade de polícia comunitária e como objetivo específico a Prevenção Primária, levar informações sobre os malefícios e consequências do uso indevido de drogas. O público-alvo são estudantes, preferencialmente, adolescentes, também jovens adultos, pais e multiplicadores. As palestras do programa Escola Sem Drogas são gratuitas e poderão ser requisitadas por escolas, universidades, entidades filantrópicas e religiosas, associações de classe e empresas em geral.

### **PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E VIOLÊNCIA (PROERD)**

Aplicado no estado de Goiás desde 1998. O PROERD é um programa de caráter preventivo, sem fins lucrativos, religiosos ou políticos, voltado para crianças e adolescentes do ensino fundamental e para os pais. Consiste em dez lições, com aulas uma vez por semana, aplicadas ao longo do semestre letivo. As aulas são ministradas por policiais militares fardados e desarmados e acompanhadas pelos professores responsáveis pela turma.

### **MORADORES DE RUA**

As informações sobre moradores de rua, no Brasil, são ainda dispersas nas diversas bases de dados pouco integradas dos estados e municípios, dependendo, principalmente, de iniciativas isoladas. Para o caso de Goiás, se-

gundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social do Estado de Goiás (Semas), em 2012 a capital Goiânia possuía aproximadamente 500 pessoas moradoras de rua, concentradas, sobretudo, nos setores mais comerciais da cidade. Uma análise rápida dos dados, realizada pelo portal de notícias *G1*, vinculado ao Grupo Jaime Câmara, aponta para uma correlação positiva da concentração de moradores de rua com a incidência de homicídios entre eles, especialmente entre a população masculina.

Uma das ações que tem sido realizadas para atender a essa população é a Abordagem Social, realizada pela Semas. O serviço é ofertado de forma contínua e tem por finalidade realizar a busca ativa e identificação, principalmente de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Adicionalmente, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás tem tomado algumas medidas para reforçar o patrulhamento e investigar os crimes ocorridos contra os moradores de rua da Região Metropolitana de Goiânia.

## INDICADORES DE VIOLÊNCIA EM GERAL

Para analisar a estrutura da violência em Goiás, esta sessão faz uso dos dados disponibilizados pelo Ipea e pelo Instituto Mauro Borges de Estudos Econômicos, sobre as informações da Secretaria de Segurança Pública. Como permite ver a Tabela 9, a taxa de homicídios no estado é de 30,10 ocorrências registradas para cada grupo de cem mil habitantes. Apesar de ser a mais baixa da região Centro-Oeste, desconsiderando Brasília, Goiás ainda não está no grupo dos estados de mais baixa violência medida por meio deste indicador. Além das mortes causadas por homicídios, Goiás apresenta um trânsito significativamente violento.

Além das ocorrências registradas pelas autoridades policiais, outra medida da violência no estado de Goiás pode ser obtida por meio da análise dos óbitos nas internações realizadas no Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as causas da morte, o Departamento de Processamento de Dados do SUS (Datassus) permite identificar as que foram geradas por causas externas, como ferimentos por armas ou agressões.

A Figura 3 mostra o resultado dessa análise para os municípios goianos. A maior parte das cidades do estado pode ser considerada como sendo de baixa ou de moderada participação da violência nas mortes registradas pelo SUS, apresentando menos de 16% de óbitos devido a estas causas, incluindo a Região Metropolitana. Contudo, é possível observar uma espécie de “corredor” de violência, situado principalmente na região do entorno de Brasília, subindo para a parte mais pobre do estado e alcançando inclusive regiões de mais alta renda na parte sudeste.

**Tabela 9**

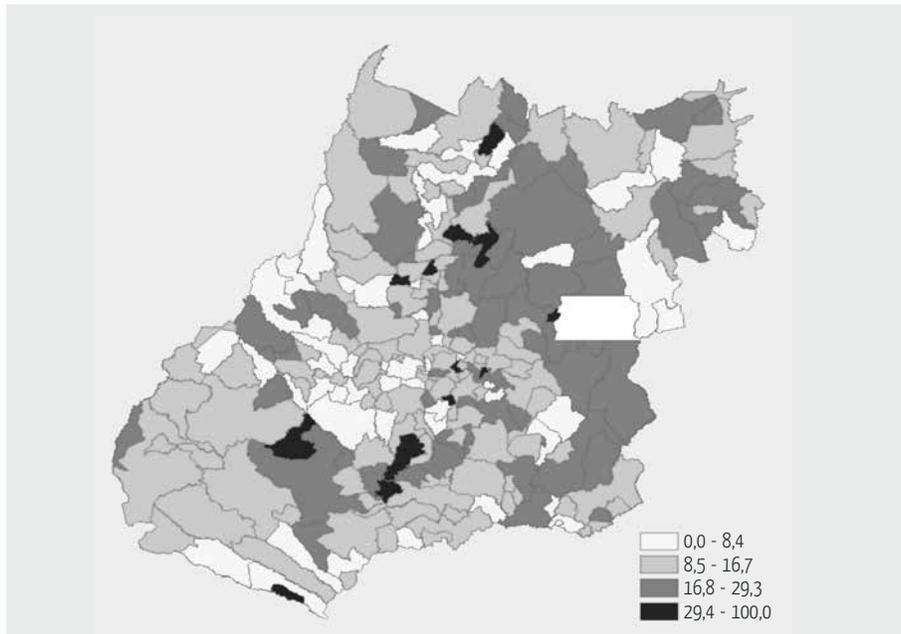
Unidades da Federação – Indicadores de violência geral e violência no trânsito (por 100 mil habitantes) 2009

	Taxa de homicídio	Taxa de vítimas de acidentes de trânsito
Rondônia	35,57	34,18
Acre	21,56	18,09
Amazonas	26,99	12,35
Roraima	27,28	27,05
Pará	40,28	14,26
Amapá	30,48	18,03
Tocantins	21,83	35,99
Maranhão	21,85	18,12
Piauí	12,38	28,78
Ceará	25,34	18,68
Rio Grande do Norte	25,15	16,16
Paraíba	33,55	21,27
Pernambuco	44,62	19,36
Alagoas	59,19	21,26
Sergipe	32,83	26,49
Bahia	36,52	12,88
Minas Gerais	18,12	20,02
Espírito Santo	56,47	27,19
Rio de Janeiro	26,22	10,84
São Paulo	15,27	17,20
Paraná	34,43	29,27
Santa Catarina	13,09	30,04
Rio Grande do Sul	20,41	18,58
Mato Grosso do Sul	30,84	30,25
Mato Grosso	32,99	37,31
Goiás	30,10	28,84
Distrito Federal	38,48	22,29

Fonte: Ipea.

## SÍNTESE DA SITUAÇÃO SOCIAL

Pobreza e desigualdade de renda são dois fenômenos relacionados e presentes nos municípios goianos. Apesar da evolução positiva dos indicadores de renda, o estado de Goiás ainda permanece com uma importante parcela de sua população com renda inferior a meio salário-mínimo, a definição clássica de linha de pobreza. Esta situação requer a atuação imediata do estado, prin-

**Figura 3****Goiás – Porcentagem de mortes por causas externas/violência nos municípios goianos 2011**

Fonte: IMB/Datasus.

principalmente quando considerado que a taxa de pobreza entre crianças é significativamente superior. Ainda assim, é destacável a evolução dos municípios em termos do desenvolvimento humano, mesmo percebendo a permanência de ilhas regionais de baixo desenvolvimento.

No que tange aos aspectos de segurança pública, existe uma elevada concentração de ocorrência relacionada ao tráfico de drogas e entorpecentes em pontos específicos do território goiano, cercados, em geral, por municípios de média ocorrência de violência. Além disso, preocupa a proporção de mortes no trânsito.

Estes dados mostram a urgência em se investir em planejamento, recursos humanos e infraestrutura na área de segurança do estado. De outra forma, a população local seguirá com a sensação de insegurança como registrada pela pesquisa realizada pela empresa Pesquisas de Opinião e Mercado (SERPES), onde se revela que o item segurança foi o segundo mais apontado pela população da capital Goiânia como sendo o de mais urgência para passar por melhorias. Isso indica que os investimentos realizados pelo estado em segurança pública ainda não foram suficientes para amenizar a sensação de insegurança dos residentes na região.

## INFRAESTRUTURA

Para a análise das condições de infraestrutura do estado de Goiás, serão utilizados os dados sobre a localização de portos, aeroportos e rodovias, fornecidos pela Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), além das informações organizadas pelo relatório Projeto Centro-Oeste Competitivo. A localização geográfica dos pontos de infraestrutura é fornecida pelo Sistema Estadual de Geoinformação (Sieg).

### SITUAÇÃO DE PORTOS E AEROPORTOS

Como a maior parte das Unidades da Federação, Goiás apresenta uma rede de rios ainda navegáveis, possibilitando o transporte de pessoas e mercadorias por meio de balsas. Como mostram os dados da Agetop, organizados na Figura 4, a maioria dos pontos de balsa está localizada nos limites do território, principalmente no Noroeste Goiano. Nesta região, está em funcionamento a hidrovia do Tocantins-Araguaia, uma das principais do estado e importante tronco viário do corredor Centro-Norte brasileiro para transporte de cargas. Ela se sustenta principalmente pela navegação nos rios Tocantins e Araguaia, apesar de não ser completamente navegável devido à existência de corredeiras em seu percurso (Figura 4, p. 34)

Com relação aos pontos de transporte aéreo, de acordo com a Agetop a maioria dos aeródromos do estado apresenta pista principal pavimentada

Figura 4

## Goiás – Localização de postos de balsas



Fonte: Agetop/Sieg.

e serviços de urgência para combate a incêndios. Contudo, apenas 16 estão habilitados a realizar procedimentos noturnos e apenas quatro unidades desta infraestrutura aérea dispõem de terminal de passageiros.

A Figura 5 mostra a existência de um número considerável de aeródromos públicos e pavimentados ao longo de todo o território goiano, incluindo o terminal de Brasília. O principal aeroporto do território goiano é o terminal Santa Genoveva, localizado na capital Goiânia.

Tabela 10

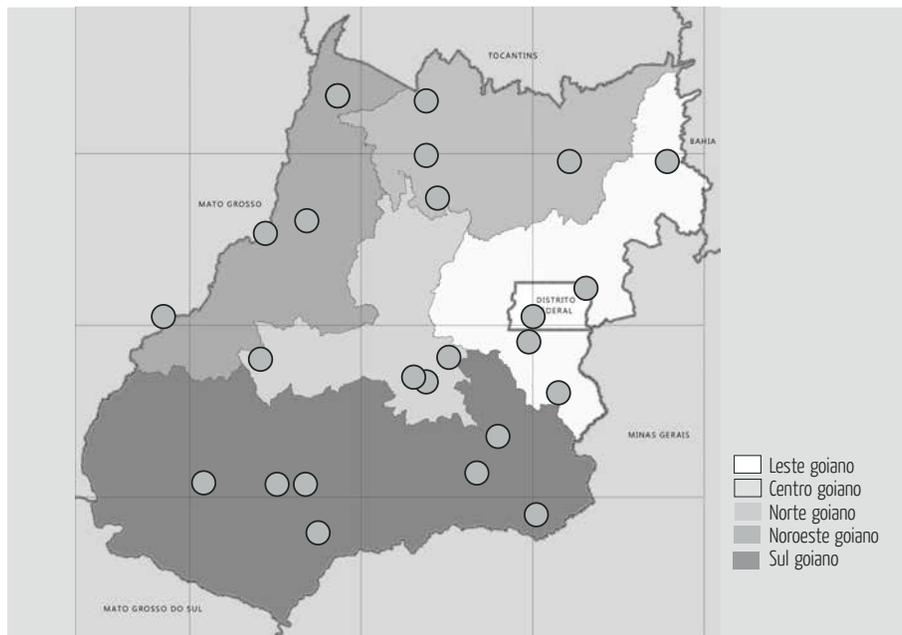
Goiás – Situação dos aeródromos  
2012

	Quantidade	%
Pista pavimentada	43	72,88
Serviço de combate a incêndio	33	55,93
Voos noturnos	16	27,12
Terminal de passageiros	4	6,78

Fonte: Agetop.

Figura 5

## Goiás – Localização de aeródromos públicos afastados



Fonte: Agetop/Sieg.

Segundo a Infraero, o aeroporto Santa Genoveva possui uma pista de pouso homologada de 2500m x 45m, podendo operar aeronaves de médio porte tipo Boeing 737, AirBus 320, Boeing 707 e, eventualmente, Boeing 767. O terminal de passageiros passou por diversas ampliações desde o início das operações e, em 2011, foi colocada em funcionamento a nova sala de embarque, com área de 1.200m<sup>2</sup>. No ano de 2012 o estacionamento principal foi ampliado para receber quase 600 vagas. Além disso, estão previstas para 2015 as obras de construção de um novo terminal de passageiros, que deve dobrar a capacidade atual. Operam no aeroporto as seguintes companhias:

- AZUL Linhas Aéreas Brasileiras
- GOL Linhas Aéreas
- TRIP Linhas Aéreas
- SETE Linhas Aéreas
- PASSAREDO Transportes Aéreos
- TAM Linhas Aéreas

Além do aeroporto na capital, o estado também se beneficia do aeroporto internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek, devido à

sua localização geográfica, tamanho e ponto de entrada e saída para voos internacionais.

## SITUAÇÃO DAS ESTRADAS

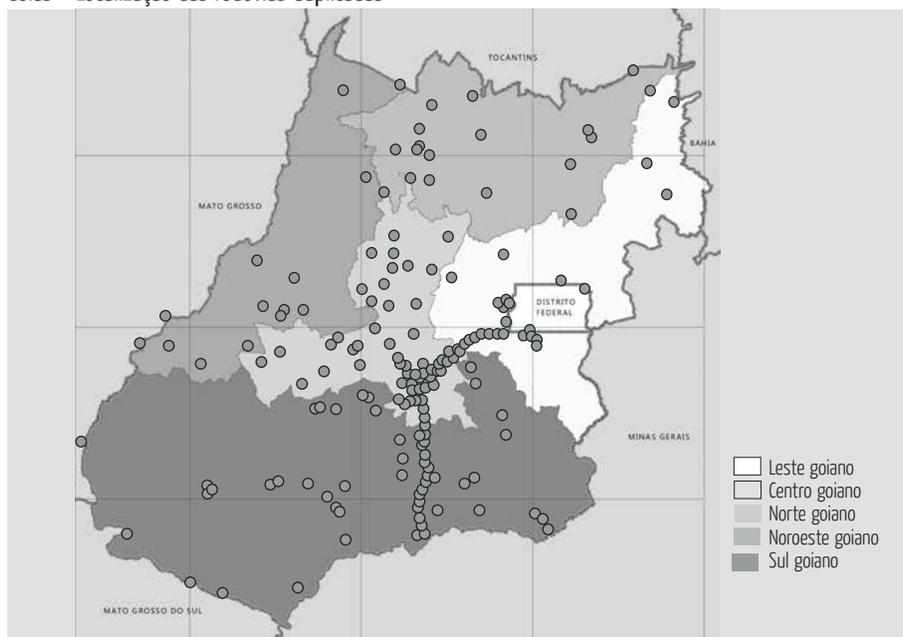
Um panorama geral da malha rodoviária que corta o estado de Goiás pode ser obtido por meio da análise das Figuras 6 e 7, sobre dados da Agetop. O mapa da primeira figura mostra a malha de rodovias pavimentadas, evidenciando uma clara convergência para a capital Goiânia no centro do território. De outro lado, contudo, o segundo mapa mostra que apenas uma pequena parte desta malha possui estradas duplicadas e que as mesmas não exercem poder significativo de ligação entre as regiões do estado.

Dentre as rodovias, o Relatório Projeto Centro-Oeste Competitivo destaca a BR-364 que liga Goiás e Mato Grosso. De acordo com o relatório, as principais cidades e intersecções no trajeto são:

- Jataí (GO)
- Rondonópolis (MT)

Figura 6

Goiás – Localização das rodovias duplicadas



Fonte: Agetop/Sieg.

- Cuiabá (MT)
- Diamantino (MT)
- São Simão (GO)

Ainda de acordo com o relatório, podem ser destacados os seguintes aspectos da Rodovia BR-364:

- Condições regulares ao longo de todo o seu traçado no Centro-Oeste, contando com apenas um trecho de 187 km em boas condições de uso, entre Diamantino-MT e o entroncamento com a MT-388.

- Rodovia utilizada para transporte desde o estado de Rondônia até Minas Gerais, cruzando o estado do Mato Grosso e o Sul de Goiás.

- Principais cargas transportadas: açúcar e álcool, fosfato, madeira, frigoríficos, bens de consumo, fertilizantes, entre outras.

## A FERROVIA NORTE-SUL

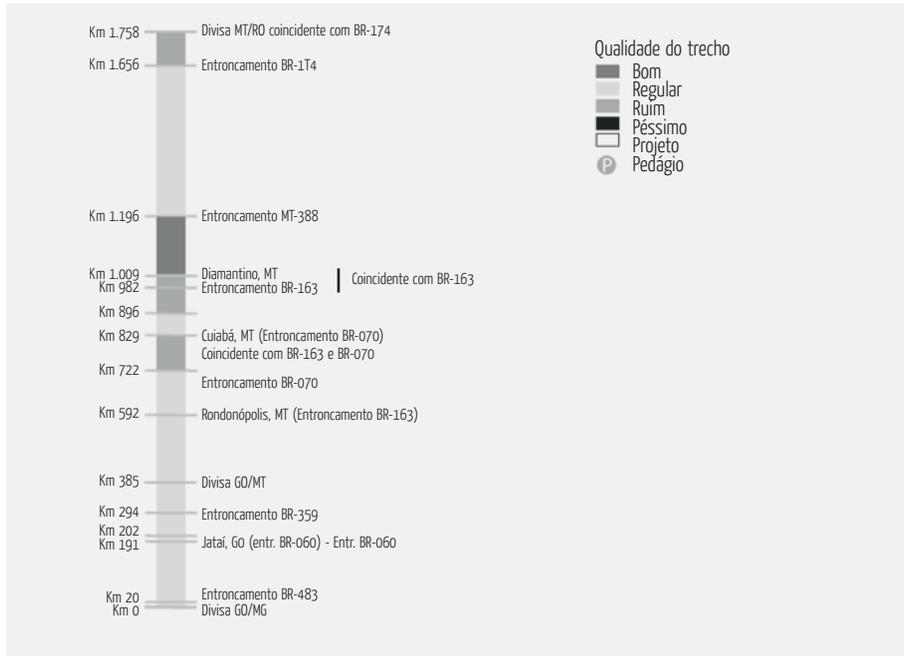
O projeto de construção da Ferrovia Norte-Sul data do início dos anos 1980 e encontra-se atualmente em fase de construção, tem como objetivo promover uma melhor integração do território brasileiro por meio de uma estrada de ferro no centro do país, ligando as partes norte e sul. De acordo com a Valec, empresa responsável por sua construção, a ferrovia tem como principal objetivo desenvolver um eixo de transporte competitivo que represente uma alternativa economicamente viável para o transporte de mercadorias, facilitando tanto o comércio interno como o setor externo.

Como mostra Castro (2013), a importância econômica da construção da ferrovia para o estado de Goiás se torna cada vez mais presente à medida que novas indústrias se instalam no território, além da ampliação de antigas plantas industriais. Seus impactos esperados vão desde a promoção da renda *per capita* dos municípios direta ou indiretamente afetados pela construção, ao aumento da quantidade de postos de trabalho criados e da arrecadação tributária, desde a atual etapa de construção até após sua total implementação e funcionamento.

O projeto de construção da ferrovia teve início em 1982, no governo José Sarney, e foi retomado com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) durante o mandato do governo Lula. De acordo com a construtora responsável, a obra trará um caráter multimodal ao transporte de cargas do estado, promovendo o desenvolvimento regional, além de reduzir custos dos produtos comercializados no país. A etapa atual de construção se divide em três trechos, sendo que o primeiro deles já se encontra em fase de operação comercial:

Figura 7

## Goiás – Condições da rodovia BR-364



Fonte: Projeto Centro-Oeste Competitivo.

- Açailândia (MA) – Palmas (TO): 719 km
- Palmas (TO) – Anápolis (GO): 855 km
- Ouro Verde (GO) – Estrela d'Oeste (SP): 680 km

## ESTRUTURA PRODUTIVA

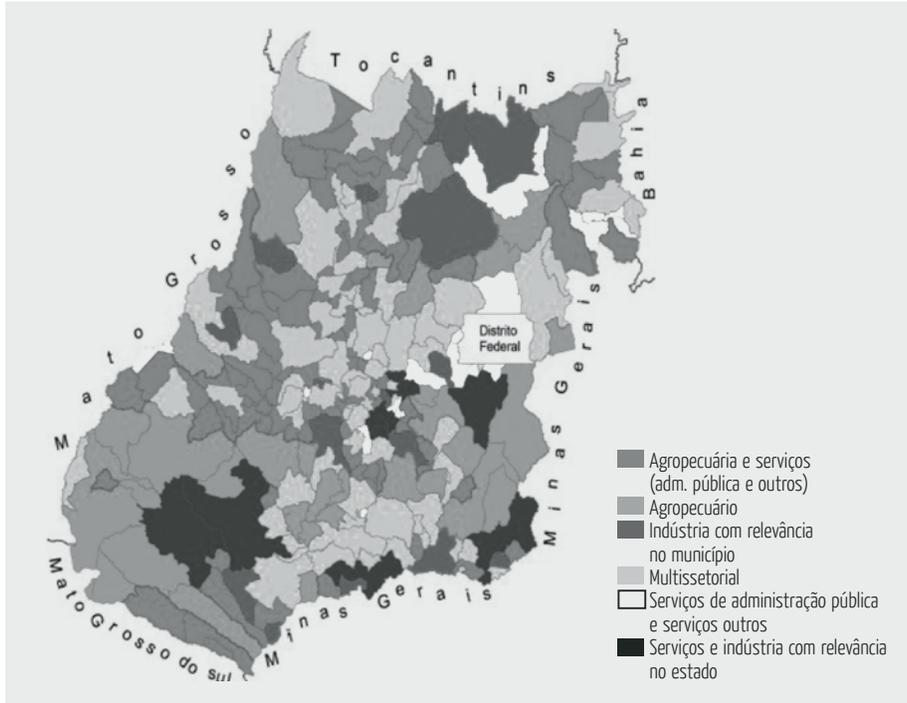
Este capítulo mostra as principais fontes de renda do estado de Goiás e como se encontra dividido o emprego formal entre os setores de atividade econômica. São utilizados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego e do IBGE. São também utilizadas algumas das informações organizadas em relatórios da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – Sefaz-GO.

### PRODUÇÃO

O principal setor de produção do estado é a agropecuária e a agroindústria, graças em parte ao relevo e clima privilegiado para a produção de grãos, seu principal produto de exportação. Além da produção de grãos, o estado também conta com um importante polo produtor de tomate, atraindo a instalação de importantes empresas alimentícias para a região.

Principais produtos agrícolas:

- Algodão
- Alho
- Arroz
- Café
- Cana-de-açúcar
- Feijão
- Girassol

**Figura 8****Perfil produtivo dos municípios goianos**

Fonte: Sefaz (2011, p.15).

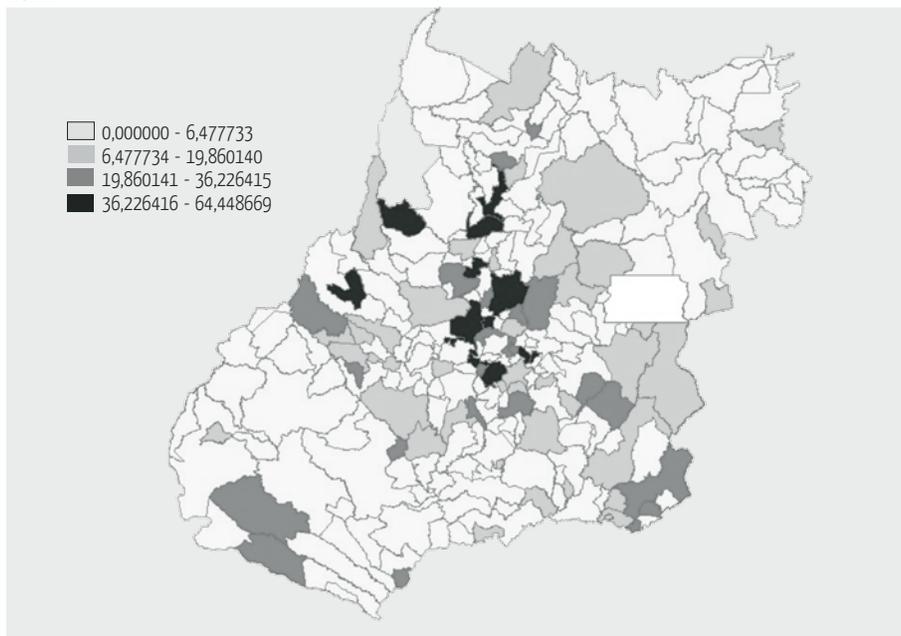
- Milho
- Soja
- Sorgo
- Tomate
- Trigo

Pelo lado da pecuária, Goiás possui o 3º maior rebanho de gado bovino do país, é uma atividade em processo de expansão, com importante disputa de espaço com a agricultura. Os principais produtos comercializados pelo estado são:

- Asininos
- Aves
- Bovinos
- Bufalinos
- Equinos
- Ovinos
- Suínos

Figura 9

Goiás – Proporção de empregos na indústria de transformação (em %) 2011



Fonte: RAIS.

Com relação às reservas minerais, o subsolo goiano também possui importantes fontes de recursos, destacando-se a extração de:

- Água mineral
- Amianto
- Calcário
- Cianeto
- Esmeralda
- Fosfato
- Manganês
- Nióbio
- Níquel
- Ouro
- Vermiculita

Sobre a forma como a produção está organizada ao longo do território goiano, o relatório Sefaz (2011) apresenta uma classificação dos municípios

do estado em função do valor adicionado bruto de cada cidade. Desta forma, é possível agrupar os municípios de acordo com os setores de atividade econômica que mais contribuem para a formação da renda. O resultado da análise pode ser visto na Figura 8, que criou seis grupos de municípios de acordo com seu perfil produtivo.

## **EMPREGO**

Em relação à distribuição setorial do emprego, os dados da RAIS mostram uma supremacia das atividades de comércio e de serviços nos empregos formalizados. O emprego industrial é mais importante na região do Centro Goiano, como permite observar o mapa da Figura 9, que mostra a porcentagem de empregos formais na indústria de transformação em cada município do estado. Mesmo em cidades pertencentes a regiões de atividade agropecuária mais intensa, como os da parte sul, a indústria também apresenta um importante peso na formação de empregos.

## DEMOGRAFIA

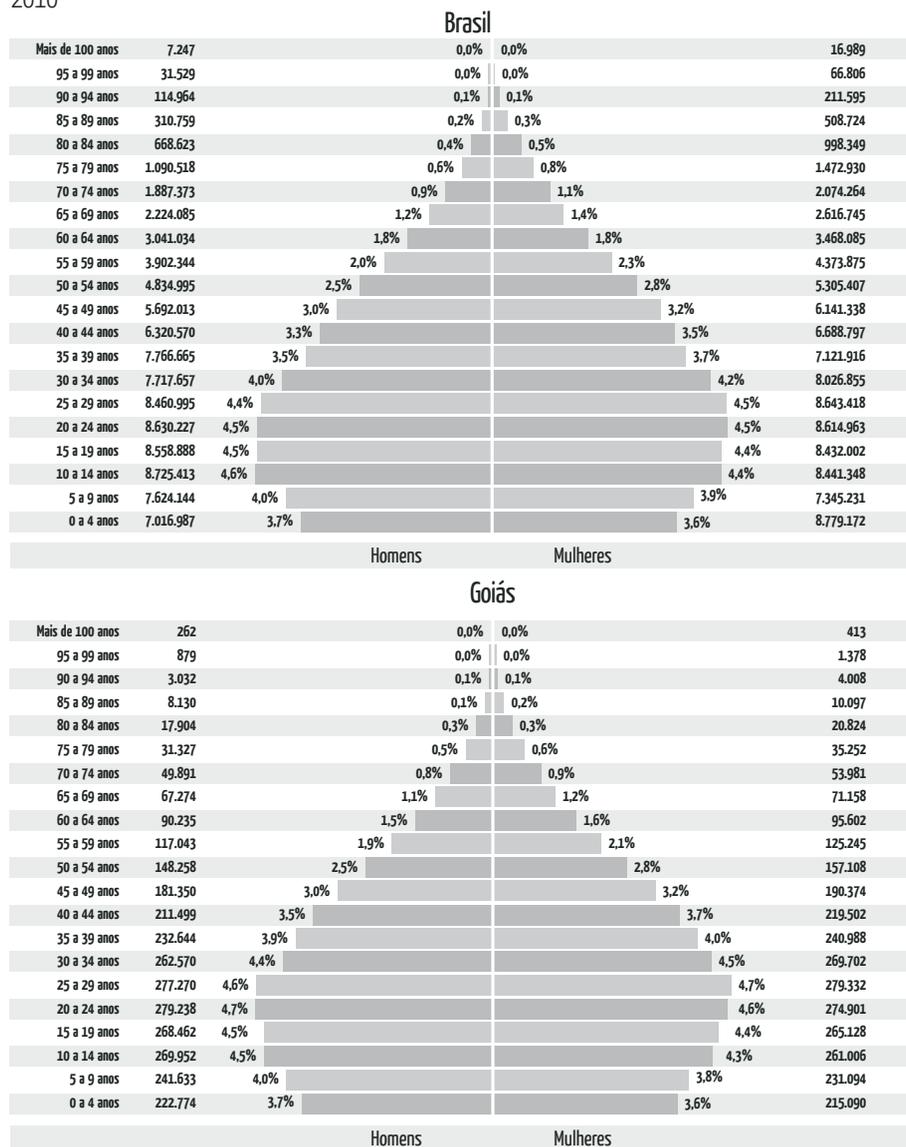
O perfil demográfico do estado de Goiás pode ser analisado por meio dos dados disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta seção, são apresentados os dados sobre a expansão da população do estado, comparando com os dados do censo de 2000, e sua atual composição de acordo com fatores etário, raciais e de gênero.

### **COMPOSIÇÃO ETÁRIA, RACIAL E DE GÊNERO**

Homens e mulheres goianos, na média, apresentam uma idade semelhante, com cerca de 30 anos para os primeiros e 31 anos para as mulheres, seguindo uma tendência inversa da população nacional, onde os homens são tradicionalmente mais velhos. A maior parte da população encontra-se na faixa dos 15 aos 50 anos, tanto homens como mulheres, com uma pirâmide etária muito similar à observada para a média brasileira, como mostra a Figura 10.

Ainda de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, é possível traçar o perfil segundo raça da população, como mostra a Tabela 11. Os dados tomam como base a autodeclaração dos indivíduos entrevistados sobre sua raça, permitindo observar que a população goiana é predominantemente parda, representando cerca de 50% dos residentes. Isso representa uma concentração de brancos, pouco maior que a média da população brasileira no mesmo ano (43,1%), mas segue as características da população média da Região Centro-Oeste do país (49,1%). O segundo grupo demográfico majoritário segundo cor

Figura 10

Brasil e Goiás – Pirâmides etárias  
2010

Fonte: Censo Demográfico/IBGE.

da pele é formado pela população branca, compondo aproximadamente 41% de todos os residentes do estado.

Tabela 11

Unidades da Federação – População residente por cor ou raça (em %)  
2010

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Rondônia	35,3	6,8	1,4	55,6	0,7
Acre	23,8	5,8	1,8	66,2	2,1
Amazonas	21,2	4,1	0,9	68,8	4,8
Roraima	20,9	5,8	0,9	61,2	11,0
Pará	21,8	7,2	0,9	69,5	0,5
Amapá	23,9	8,7	0,9	65,2	1,1
Tocantins	24,9	9,1	1,8	63,1	0,9
Maranhão	22,1	9,6	1,1	66,5	0,5
Piauí	24,3	9,3	2,1	64,0	0,1
Ceará	32,0	4,6	1,2	61,8	0,2
Rio G. Norte	41,1	5,2	1,0	52,4	0,08
Paraíba	39,8	5,6	1,2	52,7	0,5
Pernambuco	36,6	6,4	0,9	55,3	0,6
Alagoas	31,6	6,5	1,1	60,1	0,4
Sergipe	28,2	8,9	1,2	61,3	0,2
Bahia	22,1	17,1	1,1	59,1	0,4
Minas Gerais	45,3	9,2	0,9	44,2	0,1
Espírito Santo	42,1	8,3	0,6	48,6	0,2
Rio de Janeiro	47,4	12,3	0,7	39,3	0,1
São Paulo	63,9	5,5	1,3	29,1	0,1
Paraná	70,3	3,1	1,1	25,0	0,2
Santa Catarina	83,9	2,9	0,4	12,4	0,2
Rio G. Sul	83,2	5,5	0,3	10,5	0,3
Mato G. Sul	47,2	4,9	1,2	43,5	2,9
Mato Grosso	37,4	7,5	1,1	52,4	1,4
<b>Goiás</b>	<b>41,6</b>	<b>6,5</b>	<b>1,6</b>	<b>50,0</b>	<b>0,1</b>
Distrito Federal	42,1	7,7	1,6	48,2	0,2

Fonte: Censo IBGE 2010.

Com relação aos aspectos educacionais, a taxa de analfabetismo é maior entre a população que se autodeclara da cor preta, que também apresenta a menor porcentagem de pessoas com ensino superior completo. A população branca possui os melhores indicadores de escolaridade do estado. Contudo, é a população amarela que apresenta os melhores indicadores de renda, quando considerada a remuneração mensal obtida no trabalho principal dos maiores de dez anos.

**Tabela 12**

Goiás – Níveis de escolaridade e renda do trabalho principal segundo cor ou raça 2010

	Distribuição (%)		Renda (R\$)		Total
	Analfabetos	Superior completo	Analfabetos	Superior completo	
Branca	4,2	14,3	629,4	3.780,3	1.808,8
Preta	8,7	5,8	660,8	3.159,5	1.106,3
Amarela	4,5	10,8	500,7	3.159,8	2.451,2
Parda	6,1	6,2	611,8	2.866,6	1.151,8
Indígena	5,0	6,3	495,9	3.271,2	1.068,5
Total	5,4	9,8	622,2	3460,0	1456,9

Fonte: Censo IBGE 2010.

Por fim, o perfil de gênero é detalhado com a Tabela 13, onde é possível observar uma ligeira superioridade da quantidade de mulheres no estado, ainda que abaixo da proporção observada para a média da população brasileira. Quando se analisa o papel de cada gênero no sustento domiciliar, os dados do Censo Demográfico permitem notar que, no estado de Goiás, 23% das mulheres são as principais mantenedoras de seus domicílios, um índice pouco acima da média nacional e da média da região Centro-Oeste.

Estas diferenças também são observadas quando são considerados mais detalhes sobre o gênero do responsável pelo domicílio. Em Goiás, cerca de 35,6% das famílias têm uma mulher como principal mantenedora, enquanto no país como um todo esta proporção é de 37,3%. Contudo, quando consideradas apenas as famílias cujo responsável tem nível de instrução superior completo, essa relação é invertida, sendo 41,1% para as famílias com este perfil residentes em Goiás e 39,3% para as famílias na média nacional. Tal fato parece evidenciar uma maior independência econômica das mulheres com maior nível de escolaridade.

### TAXA DE EXPANSÃO POPULACIONAL

A população goiana apresentou uma taxa de crescimento mais elevada que o resto do país, alcançando a quantidade total de 4.396.645 de habitantes (IBGE, 2010). Desta forma, o estado detém aproximadamente 3,1% da população brasileira e 42,7% da população residente na região Centro-Oeste do país. Deste total, como mostram os dados da Tabela 14, cerca de 90% vive em áreas urbanizadas do estado, que também apresentou um forte movimento de aumento ao longo dos dez anos cobertos pelos censos demográficos. A população urbana também cresceu de forma mais acentuada que o observado

**Tabela 13**

**Unidades da Federação – Distribuição segundo gênero e proporção de indivíduos responsáveis pelo domicílio em cada gênero**

2010

Domicílio (%)	Distribuição (%)		Responsável pelo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	49,0	51,0	37,7	22,8
Centro-Oeste	49,7	50,3	39,1	22,9
Rondônia	50,9	49,1	38,9	19,3
Acre	50,2	49,8	31,5	20,6
Amazonas	50,3	49,7	27,5	18,5
Roraima	50,8	49,2	30,3	21,2
Pará	50,4	49,6	30,9	18,3
Amapá	50,1	49,9	26,2	20,7
Tocantins	50,8	49,2	36,1	21,5
Maranhão	49,6	50,4	29,8	20,7
Piauí	49,0	51,0	34,0	20,8
Ceará	48,7	51,3	34,8	21,6
Rio Grande do Norte	48,9	51,1	36,8	20,5
Paraíba	48,4	51,6	36,3	21,7
Pernambuco	48,1	51,9	35,2	23,3
Alagoas	48,4	51,6	34,5	20,3
Sergipe	48,6	51,4	34,7	23,0
Bahia	49,1	50,9	35,9	22,9
Minas Gerais	49,2	50,8	40,3	21,6
Espírito Santo	49,3	50,7	40,9	22,2
Rio de Janeiro	47,7	52,3	38,9	27,3
São Paulo	48,7	51,3	39,1	23,6
Paraná	49,1	50,9	41,5	22,2
Santa Catarina	49,6	50,4	41,6	22,4
Rio Grande do Sul	48,7	51,3	41,7	26,1
Mato Grosso do Sul	49,8	50,2	39,9	22,6
Mato Grosso	51,1	48,9	38,9	21,3
Goiás	49,7	50,3	40,2	23,0
Distrito Federal	47,8	52,2	35,7	25,1

Fonte: Censo IBGE 2010.

para a média do país e um pouco abaixo do observado para a média da região Centro-Oeste. Segundo estimativas do IBGE, em 2020 a população goiana deve ultrapassar os 6,5 milhões de habitantes.

**Tabela 14**

**Brasil e Centro-Oeste – Taxas de urbanização e de crescimento populacional (em %)  
2000-2010**

	<b>Taxa de urbanização 2000</b>	<b>Taxa de crescimento populacional 2010</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>
Brasil	81	84	12	17
Centro-Oeste	87	89	21	24
Goiás	88	90	20	23

Fonte: IBGE.

**Tabela 15**

**Unidades da Federação – Estimativa da população  
2015-2020**

	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Rondônia	1.556.082	1.563.502	1.570.666	1.577.598	1.584.312	1.590.820
Acre	746.793	754.711	762.357	769.755	776.920	783.866
Amazonas	3.656.462	3.693.889	3.730.028	3.764.998	3.798.866	3.831.695
Roraima	465.367	471.608	477.634	483.464	489.111	494.585
Pará	7.982.279	8.060.700	8.136.423	8.209.696	8.280.659	8.349.445
Amapá	694.276	703.902	713.197	722.191	730.902	739.346
Tocantins	1.350.146	1.358.410	1.366.390	1.374.112	1.381.591	1.388.840
Maranhão	6.677.178	6.721.284	6.763.872	6.805.083	6.844.994	6.883.681
Piauí	3.274.316	3.292.666	3.310.384	3.327.530	3.344.135	3.360.230
Ceará	9.037.446	9.107.101	9.174.359	9.239.441	9.302.472	9.363.568
Rio Grande do Norte	3.294.124	3.316.399	3.337.908	3.358.720	3.378.877	3.398.416
Paraíba	3.907.740	3.927.338	3.946.261	3.964.572	3.982.306	3.999.497
Pernambuco	9.193.091	9.247.553	9.300.140	9.351.026	9.400.308	9.448.078
Alagoas	3.299.810	3.320.253	3.339.992	3.359.093	3.377.591	3.395.522
Sergipe	2.121.874	2.136.412	2.150.450	2.164.033	2.177.189	2.189.941
Bahia	15.315.791	15.412.303	15.505.494	15.595.669	15.683.003	15.767.657
Minas Gerais	20.957.732	21.089.188	21.216.120	21.338.946	21.457.900	21.573.205
Espírito Santo	3.656.068	3.680.091	3.703.287	3.725.733	3.747.471	3.768.543
Rio de Janeiro	16.705.349	16.804.206	16.899.663	16.992.030	17.081.487	17.168.199
São Paulo	43.258.418	43.525.062	43.782.535	44.031.674	44.272.959	44.506.843
Paraná	11.169.828	11.238.621	11.305.047	11.369.324	11.431.575	11.491.916
Santa Catarina	6.451.726	6.499.096	6.544.836	6.589.095	6.631.960	6.673.509
Rio Grande do Sul	11.210.663	11.252.848	11.293.581	11.332.996	11.371.168	11.408.170
Mato Grosso do Sul	2.483.506	2.501.005	2.517.902	2.534.252	2.550.087	2.565.436
Mato Grosso	3.222.947	3.254.422	3.284.815	3.314.224	3.342.706	3.370.314
<b>Goiás</b>	<b>6.335.510</b>	<b>6.393.723</b>	<b>6.449.934</b>	<b>6.504.325</b>	<b>6.557.002</b>	<b>6.608.063</b>
Distrito Federal	2.857.163	2.892.768	2.927.147	2.960.413	2.992.631	3.023.861

Fonte: Ipea e IBGE.

Goiás é mais urbanizado nos municípios que ficam mais ao sul e sudoeste, além das cidades da Região Metropolitana de Goiânia. Em contraste, a parte mais ao norte do estado concentra os municípios com características mais rurais e com menor proporção de domicílios localizados em setores urbanos.

**Tabela 16**

**Unidades da Federação – Proporção de residentes não-naturais da UF e local de nascimento dos residentes em Goiás (em %)**  
2010

	<b>Não-naturais do estado (%)</b>	<b>Local de nascimento dos residentes</b>
Brasil	14,5	-
Centro-Oeste	32,9	77,3
Rondônia	43,5	0,1
Acre	10,5	0,0
Amazonas	10,3	0,1
Roraima	38,4	0,0
Pará	15,0	0,9
Amapá	31,6	0,0
Tocantins	31,5	1,8
Maranhão	7,6	2,7
Piauí	8,6	1,5
Ceará	4,8	1,2
Rio Grande do Norte	8,7	0,6
Paraíba	8,0	0,7
Pernambuco	6,7	0,8
Alagoas	7,8	0,2
Sergipe	11,0	0,1
Bahia	6,4	3,6
Minas Gerais	7,3	5,0
Espírito Santo	19,0	0,1
Rio de Janeiro	14,4	0,3
São Paulo	20,6	1,5
Paraná	17,0	0,4
Santa Catarina	17,9	0,1
Rio Grande do Sul	3,8	0,3
Mato Grosso do Sul	25,9	0,2
Mato Grosso	37,7	0,8
Goiás	27,6	72,4
Distrito Federal	46,1	3,9

Fonte: Censo IBGE 2010.

## **I**MIGRANTES

A Tabela 16 mostra uma elevada proporção de imigrantes entre a população residente no estado de Goiás. Enquanto a média nacional gira em torno de 14% de imigrantes em cada estado, para Goiás esta proporção sobe para mais de 27%. A principal origem dos imigrantes que decidem fixar residência em Goiás é de Minas Gerais, Unidade da Federação com fronteira comum, além do Distrito Federal, dada sua localização geográfica. Para os demais casos, percebe-se que quanto mais próximo geograficamente, em média, maior é a proporção de origem dos imigrantes, mostrando um típico padrão gravitacional.

Os dados também mostram que, entre os que nasceram em outros países, cerca de 12% são da Espanha; 11% dos Estados Unidos e 7% nos países do Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

## **SÍNTese DA DEMOGRAFIA**

Os dados analisados ao longo deste capítulo parecem indicar que Goiás ainda não atingiu a estabilidade demográfica, apresentando ainda uma rápida taxa de expansão de sua população, principalmente a urbana. Isso traz desafios à gestão pública para planejar e organizar essa estrutura que demandará serviços de mobilidade urbana, segurança e moradia.

Por outro lado, a estrutura etária se mostra favorável para o mercado de trabalho, com uma mão de obra mais qualificada à disposição dos setores produtivos. Para os sistemas que dependem da arrecadação ou contribuição da mão de obra ocupada e jovem, como a previdência pública ou privada e os planos de saúde, o estado está em uma boa fase da expansão demográfica.

## BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A análise neste capítulo mostra os dados de diversas fontes de informação para construir um panorama geral sobre as políticas públicas sociais no estado de Goiás. São mostrados dados sobre a cobertura de programas importantes, como o Bolsa Família e as condições de atenção à educação, saúde e cultura.

### **ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

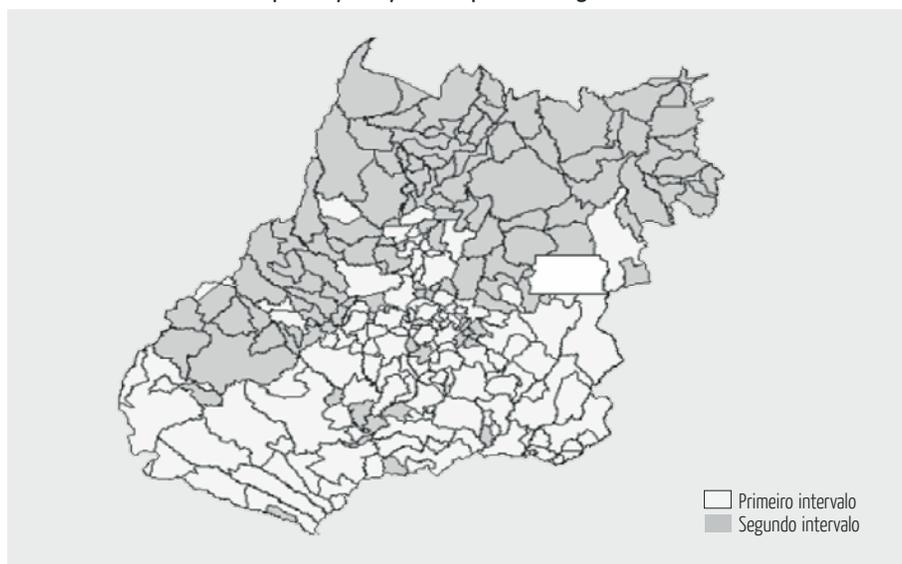
Por se tratar de um programa de transferência de renda com condicionalidades, para que as famílias beneficiárias se mantenham ativas no programa elas precisam cumprir contrapartidas nas áreas de saúde, educação e assistência social, como, por exemplo, o cumprimento da frequência escolar de crianças e adolescentes, manter em dia o cartão de vacinação, e acompanhamento pré-natal de gestantes, dentre outras medidas. Caso as famílias não cumpram corretamente as condicionalidades exigidas podem levar desde uma simples advertência até o cancelamento do benefício.

A seleção das famílias é feita através do Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do governo federal e gerenciado pela Caixa Econômica Federal que mensalmente realiza uma pesquisa na base de dados e identifica as famílias que atendem aos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família. Em seguida, essas informações são encaminhadas à Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) que faz a concessão do benefício de acordo com a disponibilidade financeira e uma cota de atendimento de cada município. A

SENARC retorna para a Caixa Econômica a relação das famílias que devem ser incluídas para que sejam tomadas as providências de emissão de cartão, folha de pagamento etc. O pagamento do benefício é realizado mensalmente por meio do cartão magnético e pago preferencialmente às mulheres (Mesquita, 2007).

Cada município possui uma estimativa de famílias pobres e com base nessa estimativa uma cota de atendimento do programa. O cálculo dessa estimativa foi desenvolvido por um grupo de trabalho, composto por representantes do Ipea, do MDS, do IBGE e da Casa Civil e teve como referência os dados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, chegando-se a um total nacional de 11,1 milhões de famílias. A fim de cumprir com o objetivo da unificação, as famílias oriundas de programas anteriores têm prioridade sobre as novas famílias. Também são prioritárias as famílias de origem indígena e quilombolas. São incluídas, primeiro, as famílias com menor renda *per capita* até o limite da cota de atendimento do respectivo município.

A Figura 11 mostra a estimativa de famílias pobres com o perfil do Programa Bolsa Família em Goiás enquanto a Figura 12 mostra a cobertura do programa. Como pode ser visto, em Goiás o Programa Bolsa Família tem distribuído recursos de forma praticamente proporcional à incidência de famílias pobres no estado.

**Figura 11****Goiás – Estimativa de famílias pobres *per capita* com perfil do Programa Bolsa Família**

Fonte: Elaboração própria com dados da SENARC/MDS.

**Figura 12****Goiás – Distribuição do Programa Bolsa Família *per capita* nos municípios goianos**

Fonte: Elaboração própria com dados da SENARC/MDS.

## SAÚDE

Os dados disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (Datusus) mostram que Goiás possui ainda uma baixa proporção de profissionais médicos por habitante. Os dados de 2012 mostram um índice de 11 médicos que atendem pelo SUS para cada grupo de 1.000 habitantes, enquanto a média nacional se situa em torno de 12 profissionais. Com relação à infraestrutura disponível para atendimento via SUS, os dados mostram uma relação de 1,92 leitos de internação para cada grupo de 1.000 habitantes, sendo este valor acima da média brasileira.

Contudo, o valor quantitativo da disponibilidade de recursos humanos ou de infraestrutura por si só não são capazes de informar como a população está sendo atendida ou ainda como esses recursos se encontram distribuídos ao longo do território goiano. De acordo com Costa (2011), existe uma desigualdade na distribuição da oferta de serviços de saúde no estado de Goiás, uma vez que identifica diversas áreas completamente carentes de estrutura física e de profissionais de saúde, principalmente no Norte e no Nordeste goiano, além da região do Entorno do Distrito Federal. Essas áreas não apresentam condições de atenderem à demanda dos seus municípios ou de municípios vizinhos. A maior concentração dos serviços de saúde encontra-se na parte Sul do estado e na Região Metropoli-

**Tabela 17****Unidades da Federação – Médicos, leitos e hospitais que atendem pelo SUS (\*por 1.000 habitantes) 2012**

	Médicos*	Leitos*	Hospitais públicos
Rondônia	10,72	1,96	29
Acre	13,61	1,73	16
Amazonas	11,57	1,44	76
Roraima	18,38	1,57	10
Pará	7,88	1,39	98
Amapá	11,86	1,42	7
Tocantins	13,70	1,47	51
Maranhão	10,19	1,86	138
Piauí	10,98	2,24	60
Ceará	8,81	1,76	129
Rio Grande do Norte	12,96	1,96	60
Paraíba	12,61	2,05	91
Pernambuco	11,07	1,91	101
Alagoas	10,72	1,57	15
Sergipe	13,77	1,36	14
Bahia	11,11	1,75	277
Minas Gerais	13,74	1,61	138
Espírito Santo	13,20	1,57	27
Rio de Janeiro	12,76	1,75	158
São Paulo	13,31	1,42	206
Paraná	12,62	1,92	166
Santa Catarina	13,01	1,76	39
Rio Grande do Sul	12,44	1,95	51
Mato Grosso do Sul	13,60	1,49	36
Mato Grosso	11,99	1,60	58
Goiás	11,11	1,92	171
Distrito Federal	12,99	1,72	22
Total	12,19	1,68	2244

Fonte: Datasus.

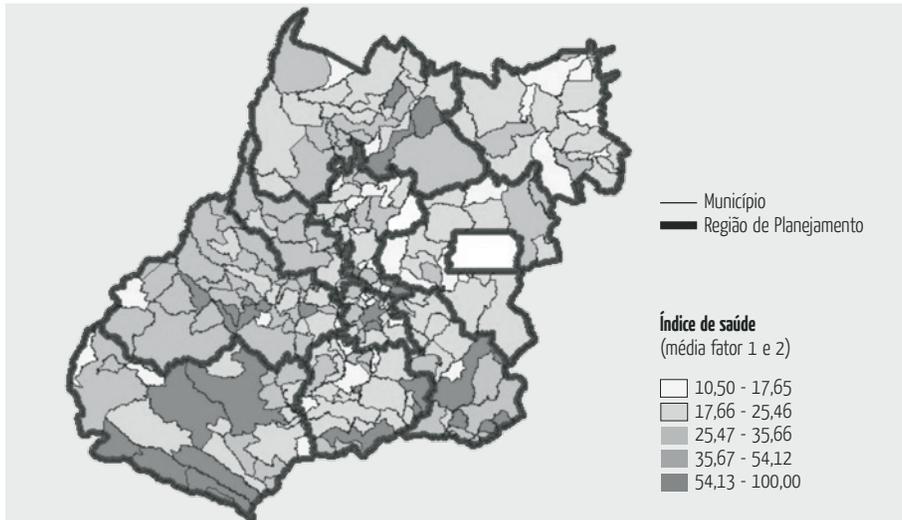
tana de Goiânia, no Sudoeste goiano e, em segundo plano, no Sudeste e no Oeste goiano. O resultado desta análise pode ser sumariado com o auxílio da Figura 14.

## CULTURA

Quando se trata de cultura, cidades reconhecidas pela riqueza dos seus patrimônios culturais e festas folclóricas fazem de Goiás uma referência nacional, exemplos disso são:

Figura 13

Goiás – Oferta de serviços de saúde  
2010



Fonte: Costa (2011).

■ **Alto Paraíso** – inúmeros visitantes são atraídos pelo lado místico da cidade que se situa no ponto mais alto do Planalto Central e é atravessada pelo paralelo 14 (no denominado Jardim Zen), esse fato tem originado fantásticas histórias, a qual espiritualistas de todo o mundo consideram-na como a “capital do terceiro milênio”. É também em Alto Paraíso que se localiza o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

■ **Aruanã** – os turistas são atraídos por belíssimas praias, o que a torna um dos mais importantes pontos turísticos do rio Araguaia.

■ **Caldas Novas** – os turistas fascinam-se pelas fabulosas fontes termais. A cidade oferece parques aquáticos e várias opções de lazer, além de notável infraestrutura hoteleira.

■ **Cidade de Goiás** – há locais culturalmente importantes, tais quais, a Casa de Cora Coralina, a Catedral de Sant’Anna, a Cruz do Anhanguera, a Igreja Nossa Senhora de Aparecida e o Museu das Bandeiras, as construções de Santa Bárbara, além das esculturas de Veiga Valle, no Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

■ **Chapadão do Céu** – é o principal portal de entrada ao Parque Nacional das Emas e a maior área de preservação do bioma cerrado do planeta.

■ **Pilar de Goiás** – oferece locais como a Casa da Princesa, a Casa de Câmara e Cadeia, e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês.

■ **Pirenópolis** – proporciona locais imperdíveis como lindas cachoeiras, além da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, o Teatro de Pirenópolis e a Fazenda Babilônia.

■ **Silvânia** – tem construções notáveis, como o antigo chafariz público, o Centro Histórico, a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e o Colégio Anchieta, que no século XX, fora visto como um marco na história da educação em Goiás e referência nacional em qualidade de ensino.

56

Além disso, o estado de Goiás conta com uma diversidade de festas culturais que a cada ano atraem mais turistas de diversas partes do Brasil e do mundo. Abaixo, segue um resumo das principais atividades:

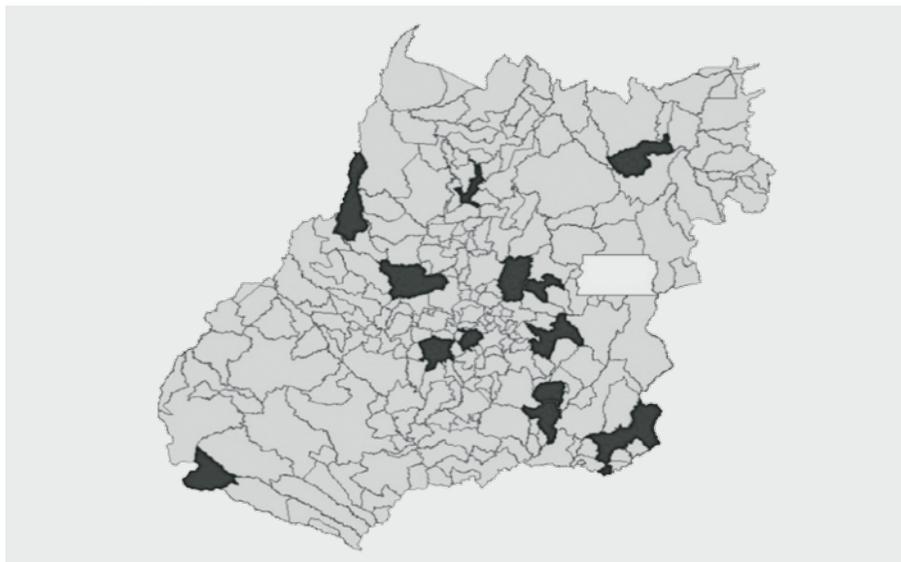
O **Canto da Primavera** foi inserido no calendário goiano de festas, nos anos 2000, como mais um projeto da Agência de Cultura. A festa acontece, em geral, entre os meses de setembro e outubro em Pirenópolis, contempla uma amostragem da música brasileira em diferentes gêneros, com destaque para as criações regionais. O público advém principalmente de Brasília, Goiânia e cidades vizinhas.

**Cavalcadas** é a festa que representa o confronto entre mouros e cristãos, retratando as lutas de Carlos Magno e dos doze Pares de França, investidos pelo Papa Leão em cruzadas, com a missão de lutar contra os povos bárbaros que haviam invadido a Península Ibérica. No início do século XVI, as cavalcadas chegaram ao Brasil com os portugueses e espanhóis. A festa de Pirenópolis tem origem espanhola, enquanto a de Palmeiras de Goiás possui tradição portuguesa. A participação da banda de música, com composições típicas da cavalaria são traços comuns entre ambas. As cavalcadas de Palmeiras de Goiás são reconhecidas pela exuberância da apresentação, os cavaleiros exibem belo traje, com muito brilho do capacete às botas. Os cristãos trajam capacetes e túnicas azuis, calças brancas e botas pretas. Os mouros usam turbantes, túnicas e calças vermelhas enfeitadas com pedrarias de cores variadas. Já as Cavalcadas de Corumbá de Goiás surgiram em meados do século XVIII e acontecem em setembro. Entre corridas e lutas, cristãos e mouros se enfrentam, mas a vitória é dos cristãos que convencem os mouros a se batizarem. Além das Cavalcadas, Santa Cruz de Goiás exhibe ao visitante a Contradança, um ritual de origem francesa, manifestação folclórica de beleza singular.

A **Congada de Catalão** é uma das festas mais tradicionais de Goiás, ela divide-se em duas partes: a religiosa, composta por terço, missas e procissão; e a folclórica, que contribui com apresentações de música, dança e de visitas

Figura 14

Goiás – Localização de atividades turísticas e culturais



Fonte: Elaboração própria com base nas informações de atividades culturais.

às casas dos primeiros moradores. A Congada de Catalão tem abertura no segundo domingo de outubro e durante toda a semana acontecem a novena e a visitação às casas. De origem africana, o ritual era realizado somente por integrantes da Irmandade do Rosário, mas hoje reúne cerca de 1,3 mil dançarinos, divididos em 16 grupos.

A **Festa em Louvor ao Divino Pai Eterno** em Trindade é uma das mais importantes festas de Goiás e acontece entre a última semana de junho e o primeiro domingo de julho. A romaria teria começado no século XIX, quando moradores do arraial de Barro Preto encontraram uma medalha, que representava a Santíssima Trindade, coroando Nossa Senhora. Mesmo representando a Santíssima Trindade, a festa é em louvor ao Divino Pai Eterno. Com o tempo, a romaria foi crescendo e passou a arrastar multidões e ainda se mantém a tradição do carro-de-boi, que nos primórdios da festa era o meio de transporte mais comum.

O **Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica)** acontece em junho na cidade de Goiás, que já o incorporou em seu calendário de festas. Realizado pelo governo do estado, o festival tem como objetivo estimular a criação de filmes voltados para a preservação do meio ambiente e movimentar distintos setores da cultura goiana.

A **Procissão do Fogaréu** acontece há quase três séculos durante a Semana Santa, na cidade de Goiás. Trata-se de um ritual repleto de simbolismo que mistura religiosidade e folclore. O objetivo principal é representar a perseguição a Jesus Cristo. As tochas servem para procurar o Filho de Deus, em meio à escuridão da ignorância humana. Um dos farricocos toca o clarim na madrugada como forma de anunciar a prisão de Jesus Cristo.

O mapa da Figura 14 sintetiza a localização geográfica das principais atividades turísticas e culturais do estado de Goiás, mostrando uma concentração no eixo central do território.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Este capítulo analisa os dados sobre o perfil do funcionalismo público no estado de Goiás, seu peso na formação do emprego e os gastos com folha de pagamento. A base de dados utilizada é do IBGE e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), além dos relatórios de despesas da Sefaz-GO.

### **PESO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

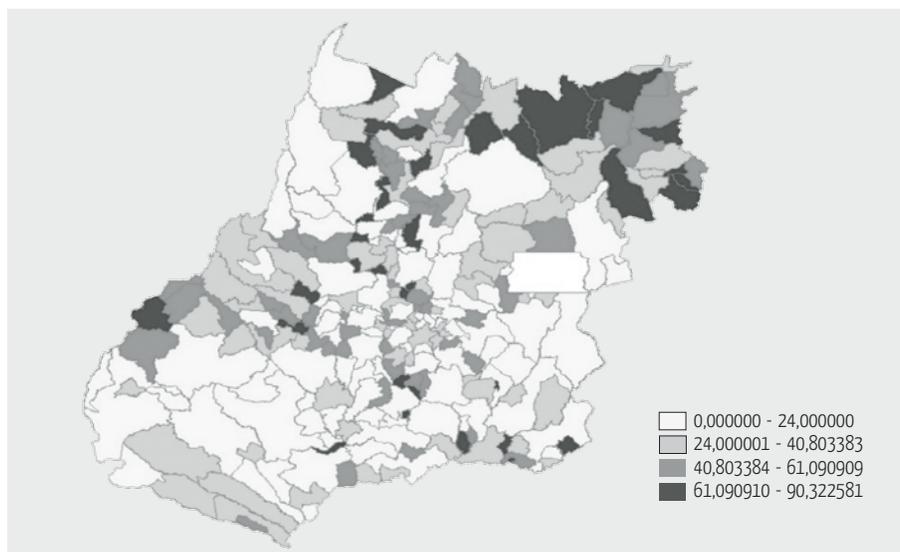
Como mostra a Tabela 18, as despesas com pessoal têm aumentado no estado de Goiás nos anos recentes. Contudo, o nível de gastos permanece dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso para zelar pelo equilíbrio das contas públicas de estados e municípios. De acordo com essa lei, as despesas com folha de pagamento não devem ultrapassar a margem de 48,60% das receitas correntes líquidas. Como mostram os dados apresentados, Goiás tem se mantido dentro desta margem apesar do aumento observado em 2012. Ainda assim, as despesas com pessoal do estado de Goiás se encontram inclusive abaixo do limite prudencial recomendado pela LRF (Tabela 18).

A Figura 15 mostra o peso da administração pública direta na constituição dos empregos formais totais de cada município. O mapa permite constatar que o setor público é mais importante na geração de empregos nos municípios menores ou de mais baixa renda, principalmente na parte norte do estado. Para estes municípios, a manutenção dos gastos com folha de pagamento abai-

**Tabela 18****Goiás – Despesas com pessoal  
2011-2012**

	2011	2012
Despesa total com pessoal (DTP)	4.696.448.889,89	5.503.558.878,48
DTP/RCL	38,9%	41,2%
Limites da LRF com DTP		
Limite máximo	48,60%	
Limite prudencial	46,17%	

Fonte: Sefaz-GO.  
LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Figura 15****Goiás – Proporção de empregos formais na administração pública (em %)  
2011**

Fonte: Elaboração própria com base dos dados da RAIS.

xo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal tende a ser mais complexa.

### PERFIL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Os dados sobre o perfil básico dos funcionários envolvidos com a administração pública direta podem ser obtidos da Base de Informações Estaduais, organizada pelo IBGE e sintetizado nas Tabelas 19 e 20.

A primeira tabela compara o perfil de escolaridade dos servidores públicos nas Unidades da Federação. Goiás tem a maior proporção de funcionários com escolaridade superior em seu quadro de administração direta e apresenta uma das menores proporções de servidores com programas de pós-graduação.

De acordo com o perfil do contrato de trabalho, o serviço público do estado conta com uma proporção de comissionados acima da média nacional, mesmo quando é desconsiderado o caso do estado de Roraima, que concentra de longe a maior proporção de comissionados em seu quadro de pessoal.

**Tabela 19**

**Unidades da Federação – Escolaridade dos funcionários ativos na administração pública direta (em %) 2012**

	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Rondônia	0,0	1,9	80,5	15,9	0,0
Acre	0,0	20,2	31,4	45,3	3,2
Amazonas	0,3	13,5	37,5	48,4	0,3
Roraima					
Pará	0,0	20,6	40,3	33,6	5,5
Amapá					
Tocantins	7,4	4,4	47,0	41,0	0,2
Maranhão	0,3	7,9	32,5	32,2	27,1
Piauí	2,1	35,0	24,8	27,3	10,8
Ceará	1,0	8,8	42,9	21,4	25,9
Rio Grande do Norte	0,0				
Paraíba	3,0	13,1	54,4	23,9	5,6
Pernambuco	0,1	9,5	32,4	48,6	9,4
Alagoas	0,1	21,9	41,9	26,0	10,1
Sergipe					
Bahia	3,2	4,5	39,3	35,5	17,5
Minas Gerais	0,0	11,8	29,5	34,7	24,0
Espírito Santo	0,1	7,5	35,5	28,4	23,6
Rio de Janeiro	0,5	3,0	19,2	37,9	16,3
São Paulo	0,0	2,7	28,9	46,3	22,1
Paraná		10,4	45,4	38,1	22,9
Santa Catarina	0,3	2,6	22,2	35,2	39,8
Rio Grande do Sul	0,0	16,6	34,9	42,7	5,8
Mato Grosso do Sul	0,0	10,9	38,9	46,0	8,7
Mato Grosso	0,0	6,6	36,0	29,3	28,1
Goiás	0,3	14,5	22,0	61,4	1,8
Distrito Federal	0,2	11,2	41,7	35,5	11,4

Fonte: Base de Informações Estaduais - IBGE.

**Tabela 20****Unidades da Federação – Tipo de contrato dos funcionários ativos na administração pública direta (em%)  
2012**

	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Rondônia	0,0	1,9	80,5	15,9	0,0
Acre	0,0	20,2	31,4	45,3	3,2
Amazonas	0,3	13,5	37,5	48,4	0,3
Roraima					
Pará	0,0	20,6	40,3	33,6	5,5
Amapá					
Tocantins	7,4	4,4	47,0	41,0	0,2
Maranhão	0,3	7,9	32,5	32,2	27,1
Piauí	2,1	35,0	24,8	27,3	10,8
Ceará	1,0	8,8	42,9	21,4	25,9
Rio Grande do Norte	0,0				
Paraíba	3,0	13,1	54,4	23,9	5,6
Pernambuco	0,1	9,5	32,4	48,6	9,4
Alagoas	0,1	21,9	41,9	26,0	10,1
Sergipe					
Bahia	3,2	4,5	39,3	35,5	17,5
Minas Gerais	0,0	11,8	29,5	34,7	24,0
Espírito Santo	0,1	7,5	35,5	28,4	23,6
Rio de Janeiro	0,5	3,0	19,2	37,9	16,3
São Paulo	0,0	2,7	28,9	46,3	22,1
Paraná		10,4	45,4	38,1	22,9
Santa Catarina	0,3	2,6	22,2	35,2	39,8
Rio Grande do Sul	0,0	16,6	34,9	42,7	5,8
Mato Grosso do Sul	0,0	10,9	38,9	46,0	8,7
Mato Grosso	0,0	6,6	36,0	29,3	28,1
Goiás	0,3	14,5	22,0	61,4	1,8
Distrito Federal	0,2	11,2	41,7	35,5	11,4

Fonte: Base de Informações Estaduais - IBGE.

## POLÍTICA

A participação política e a inserção dos partidos no estado de Goiás podem ser analisadas diretamente por meio dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esta seção apresenta os resultados das eleições locais de 2012, se concentrando no cargo de prefeito de cada cidade.

### **PARTICIPAÇÃO DO ELEITORADO**

Em 2012 o quantitativo de eleitores do estado de Goiás era de 4.219.655 pessoas, sendo a maior parte concentrada na Região Metropolitana de Goiânia. Apenas a capital Goiânia concentra 20% dos eleitores goianos.

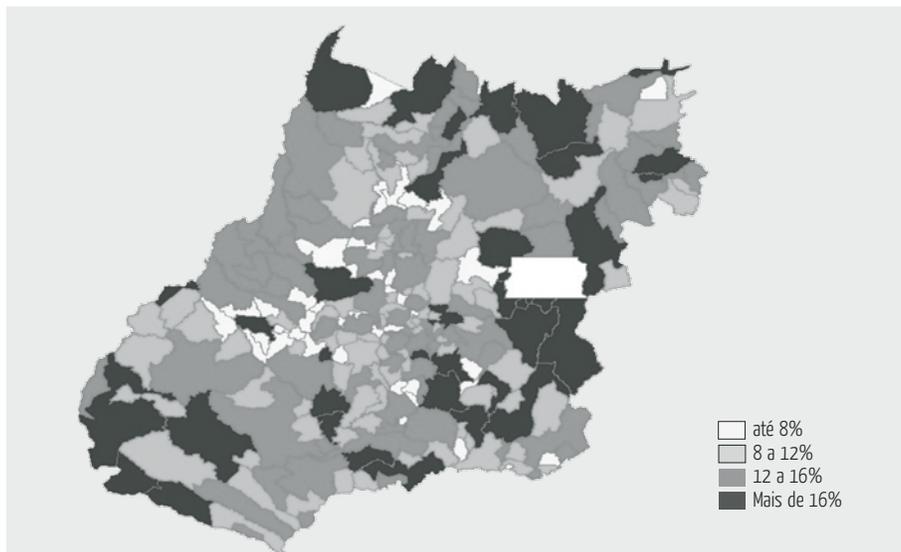
O mapa da Figura 16 permite visualizar o comportamento deste eleitorado durante as eleições locais em outubro de 2012, onde é possível constatar um índice de abstenção de aproximadamente 12% entre os eleitores que compareceram para votar em prefeito. Na maior parte das cidades, o índice de abstenções pode ser considerado de alto a moderado, superando os 12% dos votos (Figura 16).

### **COMPOSIÇÃO IDEOLÓGICA**

Usando dados da Base de Informações Estaduais organizadas pelo IBGE, a Tabela 21 mostra o perfil partidário dos governadores ativos em dezembro de 2012. O atual governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, é filiado ao PSDB, que também lidera outros oito estados (Tabela 21).

Figura 16

Goiás – Abstenções nas eleições locais de 2012 (em%)



Elaboração própria com base nos dados do Ipea e do TSE.

Tabela 21

Unidades da Federação – Características pessoais e partidárias dos governadores  
2012

Unidade Da Federação	Sexo	Escolaridade	Partido
Rondônia	Masculino	Ensino superior completo	PMBD
Acre	Masculino	Mestrado ou doutorado	PT
Amazonas	Masculino	Ensino superior completo	PSD
Roraima	Masculino	Ensino superior completo	PSDB
Pará	Masculino	Mestrado ou doutorado	PSDB
Amapá	Masculino	Mestrado ou doutorado	PSB
Tocantins	Masculino	Ensino fundamental incompleto	PSDB
Maranhão	Feminino	Ensino superior completo	PMBD
Piauí	Masculino	Mestrado ou doutorado	PCB
Ceará	Masculino	Ensino superior completo	PSB
Rio Grande do Norte	Feminino	Especialização	DEM
Paraíba	Masculino	Especialização	PSB
Pernambuco	Masculino	Ensino superior completo	PSB
Alagoas	Masculino	Ensino superior completo	PSDB
Sergipe	Masculino	Ensino superior completo	PT

continua

continuação

Unidade Da Federação	Sexo	Escolaridade	Partido
Bahia	Masculino	Ensino superior incompleto	PT
Minas Gerais	Masculino	Mestrado ou doutorado	PSDB
Espírito Santo	Masculino	Ensino superior completo	PSB
Rio de Janeiro	Masculino	Ensino superior completo	PSDB
São Paulo	Masculino	Especialização	PSDB
Paraná	Masculino	Ensino superior completo	PSDB
Santa Catarina	Masculino	Ensino superior incompleto	PSD
Rio Grande do Sul	Masculino	Ensino superior completo	PT
Mato Grosso do Sul	Masculino	Especialização	PMBD
Mato Grosso	Masculino	Ensino superior completo	PMBD
Goiás	Masculino	Ensino superior completo	PSDB
Distrito Federal	Masculino	Mestrado ou doutorado	PT

Fonte: Base de Informações Estaduais/IBGE.

De modo geral, a Tabela 22 mostra uma supremacia de três partidos políticos nas prefeituras do estado, sendo o PMDB (24,1%), o PSDB (21,6%) e o PP (19,6%), que agrupam 160 dos municípios goianos.

**Tabela 22****Goiás – Quantidade de prefeituras de cada partido - Eleições 2012**

Partido	Quantidade de municípios	%
DEM	14	5,7
PDT	1	0,4
PMDB	59	24,1
PP	48	19,6
PPS	2	0,8
PR	28	11,4
PRB	2	0,8
PRP	1	0,4
PRTB	1	0,4
PSB	4	1,6
PSC	5	2,0
PSDB	53	21,6
PT	13	5,3
PT DO B	2	0,8
PTB	8	3,3
PTN	3	1,2
PV	1	0,4
Total	245	100,0

Fonte: Ipea/TSE.

Seguindo a classificação utilizada por Miguel e Queiroz (2006), os partidos políticos dos prefeitos eleitos no pleito de 2012 foram agrupados segundo a ideologia partidária em Esquerda (PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV, PMN, PCB, PSTU e PCO), de Centro (PMDB e PSDB) e de Direita (PFL/DEM, PPB/PP, PTB, PL e PRONA). Desta forma, é possível constatar a supremacia de partidos de centro ou de direita entre as prefeituras goianas, sobretudo as comandadas pelo PP. Entre as prefeituras de esquerda, se destacam as cujos prefeitos se encontram vinculados ao PT, que compõem um total de 13 cidades.

**Tabela 23**

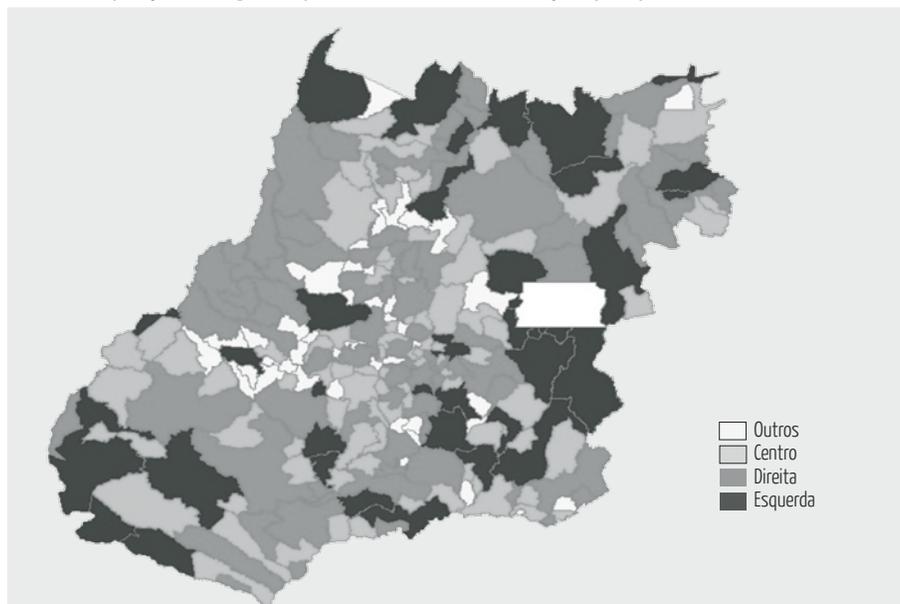
Goiás – Quantidade de prefeituras de cada linha ideológica - Eleições 2012

Tipo	Quantidade de municípios	%
Centro	112	45,53
Direita	70	28,46
Esquerda	21	8,54
Outros	43	17,48
Total	246	100

Fonte: Ipea/TSE.

**Figura 17**

Goiás – Composição ideológica do partido mais votado nas eleições para prefeito de 2012



Elaboração própria com base nos dados do Ipea e do TSE.

Ainda de acordo com a formação ideológica, o mapa da Figura 17 mostra a distribuição espacial dos partidos nas regiões do estado de Goiás. Desta forma, é possível constatar uma predominância de partidos de direita e de centro no território goiano nas últimas eleições para prefeito. A região Sul do estado parece demonstrar uma preferência por partidos de centro em suas respectivas prefeituras. As cidades comandadas por prefeituras de esquerda estão dispersas pelo território, sem configurar a formação de regiões homogêneas. Além disso, estas prefeituras aparecem isoladas e cercadas, em sua maioria, por municípios com prefeituras de direita.



## PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um conjunto de regras, ações e diretrizes traçadas pelo governo que tem como objetivo um crescimento econômico de 5% ao ano. O programa visa, por meio da execução e atração de investimentos em infraestrutura, eliminar gargalos, estimular investimentos privados e diminuir as desigualdades regionais dentro do país. Constitui-se, assim, um conjunto de medidas na área econômica (incentivo ao investimento privado, elevação do gasto público em infraestrutura, estabelecimento de metas para o crescimento) com o intuito de fomentar um crescimento econômico atrelado a um combate às desigualdades regionais. Em suma, entende-se que o PAC é uma tentativa do governo de retomar o planejamento de longo prazo da economia brasileira garantindo um crescimento contínuo e estável – isto é, tendo controle dos fundamentos macroeconômicos (inflação, déficit fiscal, solidez nas contas externas, liquidez).

### **DESCRIÇÃO DA PRIMEIRA FASE: O PAC 1**

Criado no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), e tendo continuidade no mandato da presidenta Dilma, o PAC 1 viabilizou investimentos organizados em três eixos centrais:

- Logística: aplicação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias.
- Energia: geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.

■ Estrutura social e urbana: direcionado para saneamento, habitação, metrô e trens urbanos, universalização do Programa Luz para Todos e recursos hídricos.

De tal forma, o que se observou foi um investimento na infraestrutura já existente e o foco em conclusão de projetos anteriormente iniciados. A intenção do governo era utilizar as obras como elemento indutor e multiplicador dos benefícios econômicos e sociais para todo país, elevando a eficiência produtiva, modernização tecnológica e o crescimento de áreas deprimidas, tornado assim, o país mais competitivo frente ao mercado internacional.

A origem dos recursos do PAC 1, de acordo com a própria cartilha do programa, previa uma combinação público-privada, em que os aportes de empresas estatais somaram R\$ 219,20 bilhões; União e seguridade R\$ 67,80 bilhões e iniciativa privada R\$ 216,9 bilhões. Tão logo, estes R\$ 503,9 bilhões deveriam ter sido direcionados de acordo com o Quadro 1.

Assim percebe-se que o PAC 1 propôs investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões até o ano de 2010 em cinco blocos de investimentos, a saber:

■ Investimento em infraestrutura – tem como objetivo aumentar tais investimentos, com eliminação dos gargalos que podem restringir o cresci-

#### Quadro 1

##### **O destino do orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em sua primeira fase**

R\$ 274,8 bilhões deverão ser investidos em energia (inclui petróleo), assim divididos:

R\$ 65,9 bilhões para geração de energia elétrica

R\$ 12,5 bilhões para transmissão de energia elétrica

R\$ 179,0 bilhões para petróleo e gás natural

R\$ 17,4 bilhões para combustíveis renováveis.

R\$ 170,8 bilhões serão investidos em infraestrutura social e urbana, assim divididos:

R\$ 8,7 bilhões para o projeto Luz Para Todos

R\$ 40,0 bilhões para projetos de saneamento básico

R\$ 106,3 bilhões para projetos de habitação

R\$ 3,1 bilhões para metrô

R\$ 12,7 bilhões para recursos hídricos.

R\$ 58,3 bilhões serão investidos em logística, assim distribuídos:

R\$ 33,4 bilhões para rodovias

R\$ 7,9 bilhões para ferrovias

R\$ 2,7 bilhões para portos

R\$ 3,0 bilhões para aeroportos

R\$ 0,7 bilhões para hidrovias

R\$ 10,6 bilhões para marinha mercante

Fonte: Ministério do Planejamento (2007).

mento da economia, redução dos custos e aumento da produtividade das empresas, estímulo ao aumento do investimento privado, redução das desigualdades regionais.

■ Medidas para estimular crédito e financiamento – buscou facilitar o crédito de longo prazo para financiamento habitacional e execução de obras de infraestrutura (saneamento básico e habitacional).

■ Melhoria do marco regulatório na área ambiental – visou melhorar o ambiente de investimentos facilitando e agilizando a implementação dos mesmos em infraestrutura no quesito ambiental.

■ Desoneração tributária – medidas de aperfeiçoamento do sistema tributário bem como medidas de estímulo à construção civil e à aquisição de bens de capital.

■ Medidas fiscais de longo prazo – nesse bloco, o PAC visa à contenção do crescimento do gasto com pessoal do governo federal, com a criação de um teto de 1,5% para o crescimento real anual da folha de pagamento da União (Campos Neto, Pego, 2008).

## **DESCRIÇÃO DA SEGUNDA FASE: PAC 2**

O PAC 2, lançado em 2011, continuou com o mesmo objetivo de seu antecessor: crescimento econômico através de demanda interna. No entanto, demonstrou-se mais coeso ao reafirmar parceria entre estados, municípios, União, setor privado e, ainda, elevar o número de aportes para o programa, além de propor novas alíneas de investimentos. Assim, buscou incorporar ainda mais ações de infraestrutura social e urbana para enfrentar os gargalos das grandes cidades brasileiras. O fato de ser uma continuidade ajuda o PAC 2, pois já tem-se a experiência gerada no primeiro programa, além de que, ficou incumbido a este finalizar os resquícios deixados pelo seu antecessor. O novo programa propôs, então, um aporte de R\$ 955 bilhões em seis diferentes eixos, a saber:

■ Transporte – rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para estradas vicinais.

■ Energia – geração de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, refino e petroquímica, fertilizantes e gás natural, revitalização da indústria naval, combustíveis renováveis.

■ Cidade Melhor – saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana, pavimentação.

■ Comunidade Cidadã – Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches e pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, praças dos esportes e da cultura.

■ Minha Casa, Minha Vida – urbanização de assentamentos precários, financiamento habitacional (SBPE).

■ Água e Luz para todos – energia, água em áreas urbanas e recursos hídricos.

### **A ESFERA SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

A habitação é um bem econômico distinto dos demais bens na economia. Como aponta Moraes (2002), pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a habitação possui as seguintes características: a) necessidade básica; b) custo elevado; c) durabilidade; d) heterogeneidade; e) imobilidade; f) mercado reduzido; g) assimetria de informações; h) custos de transações; e i) mercado segmentado. Além dessas peculiaridades, a moradia também atende a necessidades psicológicas, culturais, políticas e principalmente sociais, uma vez que ela é um ativo tanto para o comprador quanto para a construtora ou o governo.

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de 2008-2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se que as famílias com renda de até dois salários-mínimos gastam 37,2% da renda com despesas de moradia, enquanto as famílias que ganham mais de 15 salários-mínimos destinam 25,1% da sua renda para esse tipo de despesa. Percebe-se, portanto, que, além da moradia ser um bem de difícil acesso, são as famílias de baixa renda que mobilizam mais recursos para sua aquisição (IBGE, 2009).

Ainda que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês de abril de 2013, o rendimento médio real do brasileiro tenha chegado ao patamar R\$ 1.862,40, apresentando um acréscimo de 1,4% na comparação anual frente a abril de 2012, a dificuldade de acesso ao crédito é indiscutível quando o assunto é compra de imóveis, fazendo-se necessário um subsídio do governo para as famílias de mais baixa renda além de uma facilitação no processo de captação de empréstimos de longo prazo.

Moraes (2002) aponta ainda que o acesso à moradia pode ter dois vieses: econômico e/ou social. Como bem econômico, é necessário um esforço considerável por parte das famílias para adquiri-lo, pois elas alocam boa parte da renda atual e futura em sua aquisição, independentemente da classe social em que essas famílias se situam. Isso porque as famílias de maior renda tendem a adquirir imóveis de maior valor para atender às suas necessidades familiares, à construção de um patrimônio, como investimento para especulação ou simplesmente por status social. Como bem social, por sua vez, a moradia se configura como um bem meritório apresentando elevadas externalidades positivas no que tange ao bem-estar social.

A Fundação João Pinheiro (FJP) apresentou em 2007, um estudo sobre o *déficit* habitacional brasileiro classificando este em dois tipos: a) *déficit* por reposição de estoque; e b) *déficit* por incremento de estoque. O primeiro se refere à existência de domicílios rústicos, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, que, apesar de ser um tipo de “moradia”, representam um grave risco para seus moradores. O segundo diz respeito aos domicílios improvisados, ou seja, aqueles que servem como moradia alternativa: pontes, viadutos, carros abandonados, barcos e até cavernas, dentre outros. Tão logo, entende-se que o Brasil enfrenta *déficit* qualitativo (reposição de estoque) e um quantitativo (por incremento de estoque).

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi implantando em 2009 dentro das alíneas do PAC com o intuito de reduzir o *déficit* habitacional brasileiro. Para tanto, buscou-se facilitar a aquisição da casa própria pelas famílias com renda mensal entre zero e dez salários-mínimos, sobretudo aquelas localizadas nas periferias das grandes cidades. Assim, o governo fomentou o consumo de imóveis facilitando o acesso ao crédito, incentivando a oferta do bem, concedendo subsídios, reduzindo taxa de juros e alongando prazo para pagamento de empréstimos de longo prazo.

O PMCMV compreende-se em dois programas nacionais: a) o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); b) o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A União destinou a esses programas R\$ 2,5 bilhões e R\$ 500 milhões, respectivamente, a título de subvenção econômica, para facilitar a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial de famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos, nas regiões urbanas e dos agricultores familiares e trabalhadores rurais conforme sua faixa de renda, limitado a renda familiar anual a R\$ 10 mil nas regiões rurais.

O novo programa habitacional foi dividido em cinco iniciativas, como descreve Barbosa (2010). Em um primeiro momento, o governo adquire, através de um fundo, projetos habitacionais para a construção de 400 mil novas residências. A construção é realizada por empresas privadas que devem garantir um preço determinado e seguir padrões de construção estabelecidos. Cumpridas as condições determinadas pelo programa, o governo garante a demanda para as novas moradias. Quando a construção é concluída, as novas habitações são repassadas às famílias pobres (renda de até três salários-mínimos) a valores e taxas subsidiadas.

Em seu segundo momento o governo utiliza recursos governamentais e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para conceder subsídios e taxas de juros favoráveis para a aquisição através do mercado, por famílias de classe média (renda entre três e dez salários-mínimos), das outras 600

mil unidades. Assim como na primeira iniciativa, nesse caso, as construções também são realizadas por empresas privadas e devem seguir certos padrões especificados pelo governo.

Em seu terceiro momento, o governo inclui no programa habitacional uma série de medidas com o objetivo de reduzir impostos indiretos que incidem sobre o valor das habitações, tornando-as mais acessíveis para usuários de baixa renda. A quarta iniciativa incluída no programa prevê uma linha de crédito especial com recursos da União (de até R\$ 5 bilhões) para projetos de infraestrutura urbana, com taxas favoráveis e prazos estendidos. Por fim, o programa inclui recursos de até R\$ 1 bilhão, disponibilizados pelo BNDES para a cadeia produtiva da construção civil, com o objetivo de estimular a modernização das técnicas produtivas dessa indústria.

Embora o Programa Minha Casa, Minha Vida seja um programa habitacional e toda sua estrutura defendida como uma política social pelo governo, autores como Cardoso e Leal (2010) apontam outras razões para sua criação. Para eles, o programa foi desenhado com uma clara intenção anticíclica, em linhas keynesianas, com foco na dinamização da indústria, construção civil e do restante da economia, através do efeito multiplicador. O programa teria como objetivo, gerar empregos principalmente para trabalhadores de baixa qualificação e manter a economia aquecida. Por sua vez, em suma, nota-se, a partir da própria cartilha do programa, que o PMCMV busca resolver:

a) Os problemas de infraestrutura e saneamento básico das residências existentes, ao combater o *déficit* por reposição de estoque, via concessão de subsídios às famílias;

b) Regularizar a questão fundiária das moradias em terrenos invadidos ou em áreas públicas, pela diminuição do valor de custas/emolumentos cartorários ou da exigência de legalização de matrículas nos cartórios de registro de imóveis, com a preferência pelo registro do imóvel no nome da mulher;

c) Aumentar a oferta de unidades habitacionais, facilitando o acesso aos recursos do BNDES e dos fundos instituídos pelo PMCMV por parte das construtoras, visando diminuir o *déficit* por incremento de estoque;

d) Eliminar a “elitização” dos financiamentos imobiliários ao conceder subsídios às classes sociais mais pobres, sobretudo aquelas com renda mensal de até três salários-mínimos e, que, em geral não têm acesso aos recursos do FGTS;

e) Resolver os aspectos técnicos da construção de novas moradias, ao determinar padrões de construção, impor limites para a construção de unidades habitacionais por empreendimento e exigir uma infraestrutura urbana mínima para aprovação dos projetos e liberação dos recursos;

## O PAC E A CONSTRUÇÃO CIVIL EM GOIÂNIA

Nas economias regionais e nacionais, o papel da construção civil no setor produtivo é extremamente importante, sendo tal setor responsável por toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país, como obras públicas, saneamento, habitações, obras viárias e indústrias, e pela geração de um número significativo de emprego, principalmente nas camadas carentes da população brasileira. No entanto, observa-se que o mercado da construção civil nos últimos anos se viu em processo de reaquecimento depois de demonstrar, por quase dez anos, vendas reduzidas, baixo incentivo e ter sido negativamente estigmatizado como um segmento pouco confiável, com taxas de juros deletérias e contratos obscuros que em nada protegiam os consumidores (Secovi/Ademi).

Segundo o Ministério das Cidades (2009), em 2007, a cidade de Goiânia possuía um *déficit* de 35 mil moradias e o estado de Goiás cerca de 275 mil, sinalizando para o mercado fornecedor a possibilidade de consumo dos seus produtos. Em 2009, o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida fez com que o setor vivesse desde então uma explosão de consumo, principalmente nos produtos direcionados para as classes D, C e B. Este programa impulsionou a aquisição do bem, por propiciar incentivos e subsídios de até R\$ 17 mil para imóveis novos ou em construção, até a casa de R\$ 130 mil para famílias com renda de até R\$ 1.600 – é válido lembrar que existem várias faixas do programa embasadas na renda, de forma que exceder tal limite impacta no valor do subsídio e na taxa de juros contratada.

Além disso, o IBGE (2008), na Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) de 2007, aponta um crescimento em financiamentos em torno de 17,06% desde 2003. As construtoras se adequaram quase que imediatamente, uma vez que os números de lançamentos se elevaram consideravelmente, fazendo com que 2009 fosse um dos melhores anos da construção civil em Goiânia. Desta forma, totalizaram-se, em 2009, 68 empreendimentos lançados, contendo 293 canteiros de obras por toda cidade. Em média, o ano de 2009 contou com um m<sup>2</sup> em torno de R\$ 2.414,06 (Tabela 24).

A associação das empresas do mercado imobiliário (ADEMI-GO), em parceria com a GRUPOM (empresa privada do ramo de pesquisas encomendadas), se propôs a monitorar o mercado goiano mensalmente a fim de dar maior suporte aos empresários associados à primeira entidade. De tal maneira o Grupom se prontifica a coletar dados perante todos os associados da Ademi-GO emitindo mensalmente um relatório contendo informações que visam subsidiar a tomada de decisões dos empresários goianos da construção civil. É válido salientar

**Tabela 24**

Goiânia – Número de unidades lançadas, valor dos lançamentos e valor médio do m<sup>2</sup> (em R\$)  
2009

Mês	Empreendimentos lançados	Unidades lançadas	Valor total dos lançamentos	Valor medio do m <sup>2</sup>
Janeiro	2	179	1.828.842.350,00	2.021,36
Fevereiro	3	295	1.751.870.675,00	2.096,78
Março	4	508	1.764.567.767,00	1.804,31
Abril	4	348	1.717.754.167,00	2.086,37
Maiο	8	579	1.600.428.836,00	1.867,51
Junho	12	1.061	1.259.685.366,00	2.177,69
Julho	8	1.827	1.325.496.118,00	2.610,69
Agoto	4	537	1.242.514.612,00	3.562,29
Setembro	6	889	1.320.145.009,00	2.108,23
Outubro	6	615	1.453.675.584,00	2.950,56
Novembro	5	391	1.414.423.898,00	3.149,66
Dezembro	6	594	1.503.192.970,00	2.533,32
Total	68	7.823	-	2.414,06

Fonte: Pesquisa Ademi-GO/Grupom.

que, de acordo com a empresa Grupom, “(...) os métodos e técnicas aplicadas a esta Pesquisa de Mercado e Opinião (PMO), seguem estritamente o recomendado e estabelecido pelos códigos da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) e dos Códigos Internacionais de ICC – Câmara Internacional do Comércio) e Esomar – Sociedade Europeia para Pesquisa de Opinião e Mercado” como explicita a própria empresa. De tal maneira, segue abaixo uma linha histórica resumida de como se comportou o mercado da construção em Goiânia nos últimos anos – em suma, apresenta-se dados do número de unidades lançadas, evolução do preço do m<sup>2</sup>, índice de velocidade de vendas sobre oferta (VSO ou IVV é o número de vendas no mês dividido pelo Estoque Final mais o número de vendas no mês multiplicado por 100).

■ Em 1997 e 1998 o mercado imobiliário goiano se apresentava comprador. Isto é, em 1997 havia 2.768 unidades lançadas e as vendas sobre ofertas (VSO) giravam ao redor de 4,45%, havendo um estoque para venda de 4.189 unidades no final deste ano. Isto significa que havia estoque para 22 meses de vendas até zerar o estoque.

■ Em 1998 havia 1.584 unidades lançadas e as vendas sobre a oferta (VSO) giravam ao redor de 3,04% havendo um estoque para venda de 3.428 unidades no final deste ano. Isto significa que havia estoque para 32 meses de vendas até zerar o estoque.

■ No ano de 2005 foram lançadas 3.223 unidades e as vendas sobre a oferta (VSO) giravam ao redor de 4,82%, havendo um estoque de 4.990 unidades no final deste ano. Isto significa que havia estoque para 20 meses de vendas até zerar o estoque.

■ No ano de 2006 foram lançadas 3.532 unidades e as vendas sobre a oferta (VSO) giravam ao redor de 4,61%, havendo um estoque de 4.809 unidades no final deste ano. Isto significa que havia estoque para 21 meses de vendas até zerar o estoque.

■ No ano de 2007 foram lançados 9.025 unidades e as vendas sobre a oferta (VSO) giravam ao redor de 6,65%, havendo um estoque de 9.166 unidades no final deste ano. Isto significa que havia estoque para 15 meses de vendas até zerar o estoque

■ No ano de 2008 foram lançados 8.164 unidade e as vendas sobre a oferta (VSO) giravam ao redor de 5,51%, havendo um estoque de 10.588 unidades no final do ano. Isto significa que havia estoque para 18 meses de vendas até zerar o estoque.

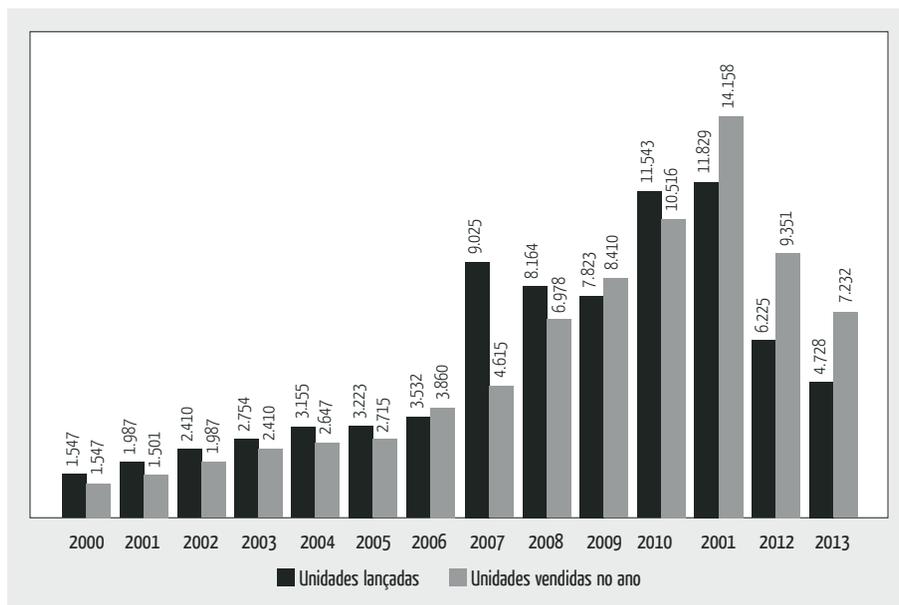
■ O ano de 2009 foi o melhor dos últimos 12 anos para a construção civil em Goiânia. Houve um aumento de 182% de lançamentos de unidades novas em relação a 1997. As vendas aumentaram 20,5% em relação a 2008, sendo vendidas em média 700 unidades/mês. A velocidade de vendas (VSO) que havia sido, em 2008, de 5,51%, passou para 6,11% em 2009, ou seja, aumentou 11% e com um estoque para 16 meses.

O Gráfico 1 traz o aquecimento do mercado de construção civil nos últimos três anos quanto ao número de unidades lançadas e vendidas justamente para se mensurar os efeitos do Programa Minha Casa, Minha Vida dois anos após seu lançamento considerando este hiato como um tempo médio de construção dos empreendimentos. Assim, nota-se que somente em novembro de 2011, 2012 e junho de 2013 o número de unidades lançadas supera o de vendidas. A linha de velocidade de venda demonstra que, nestes últimos três anos, o mercado imobiliário teve enorme facilidade em conseguir demanda para seus lançamentos excepcionalmente em fevereiro de 2011 quando tal porcentagem chega a 13,4%, se configurando o maior pico na série apresentada. Observa-se que o mercado ainda continua em alta no que tange aos lançamentos, já que em junho de 2013 tivemos expressivos números de lançamentos do período analisado (1.698 unidades ao total).

A forte procura por unidades habitacionais causou uma rápida elevação do preço do m<sup>2</sup> em Goiânia, podendo ser compreendida como uma inflação de demanda. Bairros como setor Marista, Bueno, Jardim Goiás, Jardim América e

**Gráfico 1****Goiás – Número de unidades lançadas contra número de unidades vendidas e velocidade de venda para Goiânia**

Janeiro de 2011 a setembro de 2013



Fonte: Grupom/Ademi-GO

Setor Oeste lideram o *ranking* dos setores com m<sup>2</sup> mais caro dentro de Goiânia, atualmente estando todos acima da média apresentada.

Em termos de geração de postos de trabalho, Goiás, em sua totalidade, aumentou a participação no setor de construção civil no país em número de empresas e empregados. De acordo com o IBGE (2011), em 2002 o total de empresas da construção civil que atuavam em Goiás passou de 2,75% do total nacional (906 frente a 32.933) para 3,43% (1.933 frente a 56.204), em 2011. Dessa maneira, em 2007, tínhamos 787 empresas sediadas em Goiás frente a 1.753 em 2011, sinalizando um crescimento de 113%. O Instituto Mauro Borges (IMB) baseado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) aponta, ainda, que tínhamos em 2011, 81.848,00 trabalhadores formalmente inscritos no ramo da construção civil. Entretanto, o valor pago em salários e o valor das incorporações não acompanharam essa evolução. Em 2002, as remunerações pagas em Goiás equivaliam a 2,88% do total nacional e passaram a representar 2,47% em 2010. A queda na proporção dos valores incorporados foi ainda maior: passou de 3,21% para 2,56% no mesmo período.

Pode-se apontar uma elevação de 195% do número de trabalhadores da construção civil de 2002 para 2012, consolidando tal setor como grande gerador de renda para o estado.

## **MINHA CASA, MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DE DADOS APLICADA AO MERCADO GOIANIENSE**

Este subitem prontifica-se a analisar o Programa Minha Casa, Minha Vida dentro de Goiânia. De tal maneira, parte de três pontos cruciais apontados pela cartilha do programa como problemas. Primeiramente, com uma explicação sobre a oferta de imóveis e o *déficit* habitacional para Goiânia. Logo depois, os financiamentos imobiliários na capital são analisados. Por fim, apresenta-se a questão técnica para as construtoras aderirem ao programa. Com isto, busca-se analisar se o PAC, representado pelo programa Minha Casa, Minha Vida, elevou a oferta de imóveis em Goiânia, “deselitizou” os financiamentos imobiliários tanto quanto elevou os fluxos dos mesmos e, ainda, a padronização na oferta de imóveis em Goiânia.

### **OFERTA E DÉFICIT HABITACIONAL**

A fim de estimular a oferta de imóveis, algumas estratégias do governo federal ficaram bastante claras, medidas como aumento do crédito imobiliário, principalmente para pessoa física, sinalizaram para o mercado da construção que existiria demanda e, ainda, que o sistema não sofreria com um choque de oferta. O governo buscou financiar, também, o capital de giro para as empresas da construção diminuindo, assim, o risco a uma exposição financeira muito elevada por parte do empresariado. A instituição do Regime Especial Tributário (RET)<sup>1</sup> para incorporadoras que aderissem ao regime de patrimônio e afetação trouxe total confiança ao mercado. Se, por um lado, a RET traz mais garantia quanto à solvência das obrigações por parte das construtoras, uma vez que realiza uma segregação patrimonial do objeto afetado aos demais ativos do incorporador, por outro, ele reduziu em 2% a tributação sobre a receita bruta. Tão logo, todos esses incentivos atrelados ainda ao alívio da tributação sobre a folha de pagamento fizeram com que a confiança do mercado se elevasse convertendo-se em fortes investimentos. Em suma, nota-se que a desoneração da

1. O Regime Especial de Tributação (RET) é aplicável às incorporações imobiliárias e foi instituído pelo art. 1º da lei 10.931/2004 e normatizado pela IN SRF 474/2004, tendo caráter opcional e irrevogável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação. Tal regime se propõe a englobar quatro diferentes impostos sobre faturamento (IPR, CSLL, PIS e Cofins) promovendo uma desburocratização e mais simplicidade ao processo fiscal. No entanto, até sua redução de 2% em Julho de 2013, pouco se falava na RET. Considerando que este eleva as obrigações dos empresários quanto à quitação de dividendos antes de distribuir lucros e sobras, o empresariado, a uma taxa de 7%, não se sentia motivado a aderir a tal regime, fato que mudou com sua redução para 4%. A desoneração tributária das incorporadoras quanto a sua receita bruta estimulou financeiramente a adesão ao regime.

construção gerou um efeito positivo na oferta de imóveis tanto total como também nos imóveis de baixa renda como se pode ler na Tabela 25.

O mercado goiano demonstra um ritmo acelerado de vendas e lançamentos nos anos imediatamente após o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida. De tal maneira, em 2011, tivemos 11.829 unidades lançadas frente a 14.158 vendidas, sendo o ano de 2011 o pico do período analisado.

O que se observa na Tabela 25 retrata claramente a elevação da oferta de imóveis com valores máximos de R\$ 170 mil, englobando as duas primeiras faixas de renda do Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa I, famílias com até três salários-mínimos e Faixa II, com famílias de três a cinco salários-mínimos). De tal maneira, nota-se que, em 2011, em média, o mercado tinha um estoque de 4.061 unidades com valor máximo de R\$ 170 mil por mês frente a uma média total de 12.645 unidades, isto é, em termos de oferta, os empreendimentos com menor valor agregado representaram 32% do cenário de 2011 e 25% em 2012. Até setembro de 2013, o mercado goiano ofertava 3.058 unidades com valores abaixo de R\$ 170 mil representando 33% da oferta total para o mesmo período.

No que se refere à demanda habitacional, Goiás, de acordo com o CBIC (2008), contava, até 2008, com um *déficit* de 162.762. Deste total, 91,7% para famílias com renda de até três salários-mínimos; 4,5% para famílias de três a

**Tabela 25**

**Goiânia – Vendas de imóveis com valor máximo de até 170 mil reais**  
2011, 2012 e 2013

	2011			2012			2013		
	Disp.	Vendas	V.S.O.*	Disp.	Vendas	V.S.O.*	Disp.	Vendas	V.S.O.*
Jan	4.677	245	4,98	3.020	180	5,63	3.337	227	6,37
Fev	4.294	493	10,30	2.758	167	5,71	3.540	186	4,99
Mar	4.212	472	10,08	2.708	192	6,62	3.455	388	10,10
Abr	3.973	443	10,03	2.672	184	6,44	3.268	132	3,88
Mai	4.293	364	7,82	2.617	110	4,03	2.855	121	4,07
Jun	4.062	270	6,23	2.610	121	4,43	2.941	121	3,95
Jul	3.949	246	5,86	2.440	114	4,46	3.477	176	4,82
Ago	4.347	288	6,21	2.419	133	5,21	3.208	274	7,87
Set	4.539	408	8,25	3.636	543	12,99	3.058	383	11,13
Out	3.634	202	5,27	3.440	299	8,00			
Nov	3.296	340	9,35	3.630	343	8,63			
Dez	3.457	611	15,02	2.852	172	5,69			
<b>Média mês</b>	<b>4.061</b>	<b>365</b>	<b>8,28</b>	<b>2.900</b>	<b>213</b>	<b>6,49</b>	<b>3.238</b>	<b>223</b>	<b>6,35</b>

Fonte: Pesquisa Ademi-GO/Grupom.

\*VSO = Índice de Velocidade de Venda sobre oferta.

cinco salários-mínimos; 2,9% para famílias com cinco a dez salários-mínimos; 0,9% para famílias com mais de dez salários-mínimos.

### **FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS EM GOIÁS**

Normalmente, as condições básicas do proponente ao crédito imobiliário são: possuir idoneidade cadastral e capacidade de endividamento, ou seja, capacidade econômico-financeira para arcar com o encargo mensal – de acordo com a análise de risco de crédito de cada instituição financeira. Além disso, existem outras qualificações básicas que são comuns aos programas de crédito, como, por exemplo, ter maioridade e capacidade civil, de acordo com legislação em vigor. Em suma, cabe dizer, ainda, que a forma como o crédito imobiliário é concedido difere de acordo com a capacidade de pagamento dos candidatos a esse crédito e, portanto, sua renda.

O *market share* do crédito de habitação popular no Brasil se restringe quase que, exclusivamente, a duas instituições: Caixa Econômica Federal (que atua com recursos próprios e do FGTS sem contar que é o representante do estado nesse aspecto tendo, portanto, muito mais objetivos sociais no que tange correção das falhas de mercado, do que fins lucrativos) e o Banco do Brasil. De acordo com dados do próprio Banco do Brasil, as duas instituições juntas somam 74,22% do mercado de crédito imobiliário para habitação popular. Os bancos privados, em geral, pouco operam no crédito de habitação popular. Estes, por sua vez, além de considerarem pouco atraente tal alínea, raramente conseguem competir com baixíssimas taxas de juros e subsídios concedidos pelas instituições amparadas pelo governo.

Em uma reportagem do jornal *O Popular*, em 28 de dezembro de 2012, a Caixa Econômica Federal (regional Sul de Goiás) afirmou ter contratado de 2007 a 2012 respectivamente 28.872, 30.945, 35.087, 51.763, 43.938, 56.501 unidades habitacionais que se enquadravam no Minha Casa, Minha Vida. Percebe-se, assim, o pico de contratação entre 2009 e 2010, em que o número de unidades contratadas se elevou a 79% e 52%, respectivamente, tendo como ano-base 2007. De tal maneira, a superintendência regional Sul da Caixa informou que, até o período, cerca de 230 mil famílias haviam sido beneficiadas.

Em termos do Programa Minha Casa, Minha Vida, a Caixa Econômica informou, ainda, que nos quatro anos do programa havia contratado até 2012, 118.577 imóveis em Goiás, no valor total de R\$ 8,61 bilhões. Deste total, R\$ 5,86 bilhões fazem parte da segunda etapa do programa, realizada em 2011 e 2012.

Em nota divulgada pelo jornal eletrônico “*emaisgoias*”, a Caixa Econômica Federal divulgou alguns números da liberação do crédito imobiliário em

Goiás podendo-se concluir que famílias com renda baixa e média são maioria dentro do total de financiamentos imobiliários:

Caixa Econômica Federal assumiu que concedeu em Goiás no ano de 2013, de janeiro a 27 de setembro, R\$ 4,73 bilhões em crédito imobiliário, número 26% superior ao do mesmo período de 2012, quando foram contratados R\$ 3,74 bilhões. Foi mais de 66.834 assinaturas de contratos no estado, o que corresponde a uma média de 19 financiamentos imobiliários fechados por dia. Desse montante, cerca de R\$ 2,77 bilhões referem-se ao Programa Minha Casa, Minha Vida, ou seja, quase 60% dos financiamentos totais foram para famílias de baixa renda.

Segundo a Caixa Econômica Federal (2013), o crédito imobiliário em Goiás havia alcançado, até 31 de outubro de 2013, R\$ 5,5 bilhões, apontando um crescimento de 29,1% em relação ao mesmo período de 2012. Em unidades habitacionais, tais números se converteram em um crescimento de 64,7% saltando de 46.295 unidades para 76.250 unidades no hiato de 31 de outubro de 2012 até 31 de outubro de 2013. A Caixa Econômica Federal (CEF) apresentou, ainda, que dentro da primeira faixa de renda do Minha Casa, Minha Vida (até R\$ 1.600), Goiânia realizou 2.752 contratações na primeira fase do programa frente a 3.312 na segunda etapa. Diante de tais números, a Caixa informou, ainda, que há espaço para mais 4.707 unidades.

### **MINHA CASA, MINHA VIDA: ASPECTOS TÉCNICOS DA CONSTRUÇÃO DE NOVAS MORADIAS**

Quanto aos aspectos técnicos, a aprovação do imóvel perante a CEF deve seguir uma especificação sumariamente detalhada pela própria cartilha do programa. De tal maneira, as empresas do mercado que optem por trabalhar com tal tipo de clientes devem se adequar às especificações padronizadas descritas pela própria CEF. Para a faixa 1 (até R\$ 1.600), as unidades habitacionais são separadas por dois tipos de tipologias: 1 (casa térrea com 35 m<sup>2</sup>) e 2 (apartamentos com 42m<sup>2</sup>) com no máximo 500 unidades por módulo ou 250 por condomínio; para a faixa 2, a unidade deve seguir as normas brasileiras de construção, legislação municipal, 30 parâmetros mínimos de avaliação da Caixa (estes partem desde aspectos ambientais e locais até aspectos técnicos da própria construção) e ter no máximo 500 unidade por módulo.

A partir de tal estratégia, o governo de certa forma obrigou as construtoras a produzir segundo padrões sumariamente descritos evitando-se, assim,

um crescimento desordenado ou, ainda, variações em relação à qualidade do produto fim – fato que causaria certo desconforto social, pois a discrepância muito grande entre o conforto das unidades habitacionais populares poderia gerar insatisfação entre os beneficiados do programa.

**Tabela 26**

**Goiânia – Número de unidades totais disponíveis contra número de unidades que se enquadram no Minha Casa, Minha Vida**  
2011, 2012 e 2013

	2011			2012			2013		
	Disp.	Disp. MCMV	%	Disp.	Disp. MCMV	%	Disp.	Disp. MCMV	%
Jan	12.945	4.677	36	12.311	3.020	25	10.458	3.337	32
Fev	12.924	4.294	33	11.824	2.758	23	10.272	3.540	34
Mar	12.647	4.212	33	11.731	2.708	23	10.208	3.455	34
Abr	12.473	3.973	32	11.600	2.672	23	10.179	3.268	32
Mai	12.588	4.293	34	11.593	2.617	23	10.210	2.855	28
Jun	11.501	4.062	35	11.105	2.610	24	11.437	2.941	26
Jul	12.589	3.949	31	10.860	2.440	22	11.080	3.477	31
Ago	13.017	4.347	33	10.742	2.419	23	10.762	3.208	30
Set	12.822	4.539	35	10.709	3.636	34	10.469	3.058	29
Out	12.415	3.634	29	10.435	3.440	33			
Nov	12.799	3.296	26	11.067	3.630	33			
Dez	13.021	3.457	27	10.527	2.852	27			
<b>Média mês</b>	<b>12.645</b>	<b>4.061</b>	<b>32</b>	<b>11.209</b>	<b>2.900</b>	<b>26</b>	<b>10.564</b>	<b>3.238</b>	<b>31</b>

Fonte: Pesquisa Ademi-GO/Grupom.

A Tabela 26 traz o número de unidades disponíveis contra o número de unidades que se enquadram no Programa Minha Casa, Minha Vida, além da relação proporcional entre as duas variáveis. O que se observa é que, nos três anos analisados, em torno de 30% das unidades disponíveis no mercado imobiliário goiano se enquadravam no programa. Assim, afirma-se que o estado conseguiu ditar os rumos técnicos da construção civil ao forçar as construtoras a se adaptarem a seus padrões mínimos.

Em linhas gerais, notou-se que o PAC através do Programa Minha Casa, Minha Vida fomentou o mercado de habitação popular em Goiânia tanto pelo lado da oferta, quanto pela demanda. Considerando que a política pública em questão se propôs a combater o *déficit* habitacional, elevando essas duas variáveis, observa-se um retorno positivo, já que o mercado atendeu como esperado (ambas as variáveis se elevaram após o lançamento do programa). Obviamente, todo esse aquecimento gerou, além do combate ao *déficit*, exter-

nalidades positivas (elevação da renda, empregos, empresas listadas no setor), assim como negativas (inflação de demanda provocando rápida elevação do preço do m<sup>2</sup> no município). Em suma, notou-se que Goiânia respondeu ao estímulo buscando atender rapidamente ao aquecido mercado.

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Há algum tempo, o processo de incorporação na sociedade brasileira de temáticas e práticas associadas à questão ambiental tornou-se objeto de investigação e participação popular. A lição que se apreende disto é a de que, embora haja obstáculos, o Brasil apresenta um solo propício para a emergência e incorporação da temática ambiental no âmbito da participação política (Fuks, 2001).

De acordo com Alonso e Costa (2002), nas últimas décadas vários países instituíram mecanismos para expandir a participação em audiências públicas como apoio ou mesmo como alternativas aos mecanismos tradicionais de representação política e tomada de decisão. Tais experiências abrangem um amplo espectro de questões, inclusive a agenda ambiental que também surgiu no fim do século XX. As dimensões normativas desses experimentos geraram uma ampla discussão.

Segundo Fuks (2001), no campo das Ciências Sociais, a condição de possibilidade para tornar o “debate público” um campo legítimo de investigação reside no resgate da argumentação como característica essencial de seu objeto de estudo. Isso implica conceber a vida social e política como arena argumentativa, onde os partidos políticos, os grupos organizados e o governo participam de um permanente processo de debate.

O debate público em torno do meio ambiente faz com que esse problema social saia da polaridade universal para a particular, demonstrando a relevância do tema e dos seus impactos sobre os indivíduos. Essa polaridade expressa as tensões e as articulações possíveis entre os vários agentes econô-

micos, políticos e sociais. Podemos identificar em diversas manifestações, em termos mais específicos, como, por exemplo, nas teorias e discussões sociais e nas formulações jurídicas relativas à questão ambiental, que muitas vezes passam a existir pela demanda dos vários atores sociais.

Assim como os bens públicos produzidos pelo estado, a proteção do meio ambiente visa o atendimento de algo definido como uma necessidade da sociedade como um todo. Contudo, a definição de meio ambiente enquanto problema social depende igualmente de disputas localizadas que, em condições ideais, envolvem uma participação socialmente difusa (Fuks, 1998).

A discussão sobre a questão ambiental vem gerando mudanças na política e na sociedade civil, fazendo surgir novas propostas. Esse tema ganha destaque e pode-se observar a renovação que a problemática ambiental ocasionou nas ideias políticas e sociais.

A natureza era vista como um mero recurso para o desenvolvimento econômico, e que a mesma era infinita. Porém, percebeu-se que a natureza que permite a existência da vida e fornece os bens que utilizamos está escassa. Portanto, não é infinita; ao contrário, possui limites que, apesar de amplos, já começam a ser atingidos pela ação humana e o processo de crescimento econômico do modelo capitalista de produção.

Assim, é necessário repensar o modo de vida, o consumo, e a produção voltada unicamente para o lucro e sem nenhuma preocupação com o futuro das áreas onde a atividade produtiva se instala. Sendo assim, e diante dessa perspectiva, a sociedade passa a se organizar para cobrar dos agentes públicos instrumentos que regulem os processos de intervenção do homem na natureza.

De acordo com Amaral *et al.* (SD), historicamente, pode-se perceber um grande distanciamento entre as políticas públicas de desenvolvimento econômico e as de proteção ambiental, o que pode ter acarretado o elevado grau de degradação ambiental dos principais ecossistemas de maneira geral.

Segundo o mesmo autor, as políticas públicas estão relacionadas à conservação ambiental. Mesmo que o país não tenha políticas públicas setoriais suficientemente definidas, ações pontuais tendem a impactar o meio ambiente. Como exemplo, políticas agrárias, voltadas ao assentamento de agricultores sem-terra devem ser acompanhadas de ações nas áreas educacional, fundiária e creditícia, dentre outras, para promover a utilização racional da terra e a conservação da diversidade biológica. Outro exemplo pode ser obtido da análise das políticas energéticas, que incentivavam a construção de grandes complexos hidroelétricos para geração de energia, com a conseqüente inundação de extensas áreas com vegetação natural, acarretando a perda da biodiversidade, e de espécies desconhecidas.

De acordo com Santos (2012), uma das dificuldades em orientar decisões políticas que não comprometam negativamente o meio ambiente está na necessidade de suas ampliações no âmbito das decisões, isto porque, quando se trata de meio ambiente, a abrangência dos efeitos/custos relativos ao emprego de uma determinada técnica ou política é muito maior que a abrangência dos benefícios. Aliado a isso, atuais leis e políticas públicas de meio ambiente não são suficientes para diminuir a perda da biodiversidade.

Nesse processo, devem estar envolvidos todos os atores sociais, em especial quando se trata de discutir os principais problemas e de formar parcerias e compromissos para encontrar soluções a curto, médio e longos prazos. Com isso tem-se o planejamento participativo, cujo foco é o atendimento das necessidades das populações favorecidas na elaboração de planos de ação estratégicos, porém, com resultados de longo prazo. São eles que elegem as questões prioritárias para alcançar a sustentabilidade, envolvendo não apenas aspectos ambientais, mas também econômicos e, em especial, sociais. Desse processo, também participam instituições públicas e não governamentais.

De acordo com Ferreira (1998, 217p.):

quem aceita o desafio de analisar a problemática ambiental a partir da investigação da formulação, implementação e gerenciamento de políticas públicas no mundo contemporâneo se depara com um paradoxo absolutamente determinante na vida política deste final de século: ao mesmo tempo em que demandas sociais de uma nova natureza emergem em decorrência da crise ambiental e da disseminação de situações de incerteza exigindo do aparato político-administrativo intervenções que o tornariam ainda mais presente na vida pública, é notória a perda de capacidade do estado de determinar os rumos principais da dinâmica social e de proporcionar eficientemente políticas que atenda essas novas carências.

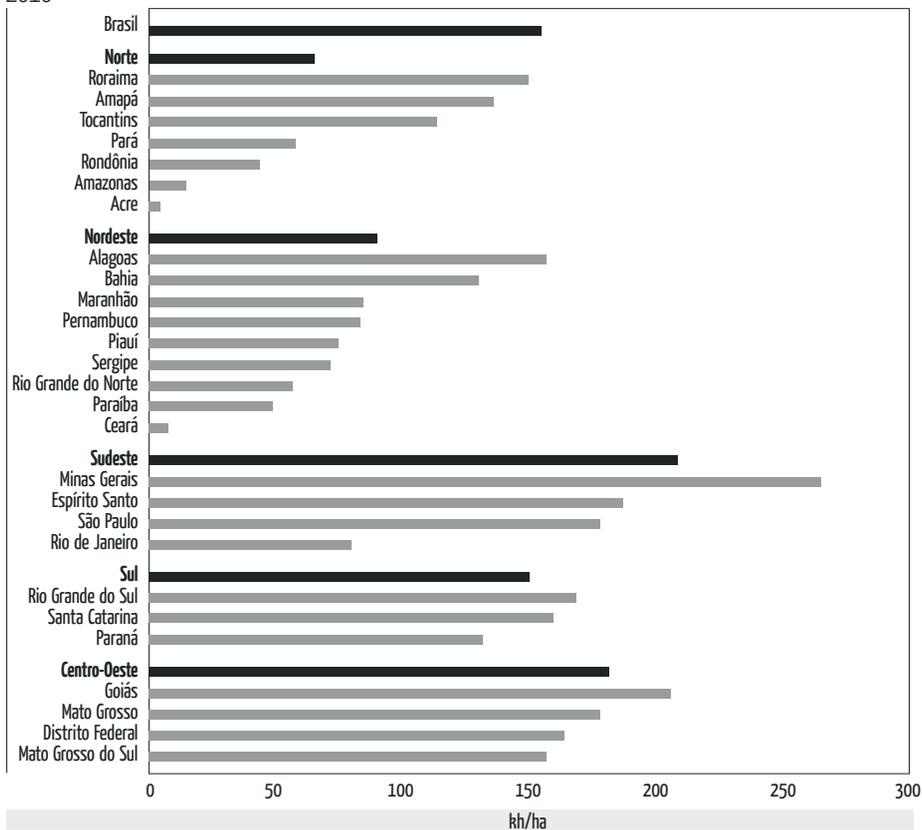
Ainda segundo a mesma autora, é taxativa quando diz que as políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório, pois, por um lado, têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país, mas, por outro, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental. A partir dessas mudanças, algumas gestões colocaram em suas pautas de governo a tentativa da democratização decisória, com a implementação de políticas atreladas à sustentabilidade ambiental cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida da população.

## ANÁLISE DE INDICADORES AMBIENTAIS DO BRASIL E DO ESTADO DE GOIÁS

Para pensar a questão da sustentabilidade para o estado de Goiás é necessário analisar alguns indicadores, de desenvolvimento sustentável, compilados pelo IBGE e descritos por Vieira e Queiroz (2009), que demonstram como o país está se comportando nesta área. Os dados apresentados se referem aos indicadores de desenvolvimento sustentável do Brasil e do estado de Goiás, com a finalidade de demonstrar a evolução dessas duas regiões no que se refere à questão da sustentabilidade ambiental.

### Gráfico 2

Utilização de fertilizantes segundo as grandes regiões e as unidades da federação 2010



Fonte: IBGE, 2012 - Indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Segundo o IBGE (2012), a quantidade de fertilizantes comercializada por área plantada praticamente dobrou entre 1992 e 2004. Em relação ao período

de 2003 a 2005, a queda pode ser explicada pela crise na agricultura, tendo como consequência a descapitalização do agricultor. Já o ano de 2007 registra a maior quantidade de fertilizantes comercializada por área desde 1992, tendo contribuído para isso: o setor canavieiro, com grande demanda; os produtores de grãos e algodão; a antecipação de compras pelos produtores; além da adoção de novas tecnologias. As lavouras de soja, milho, cana-de-açúcar, café, algodão herbáceo e arroz foram as que mais consumiram esses insumos.

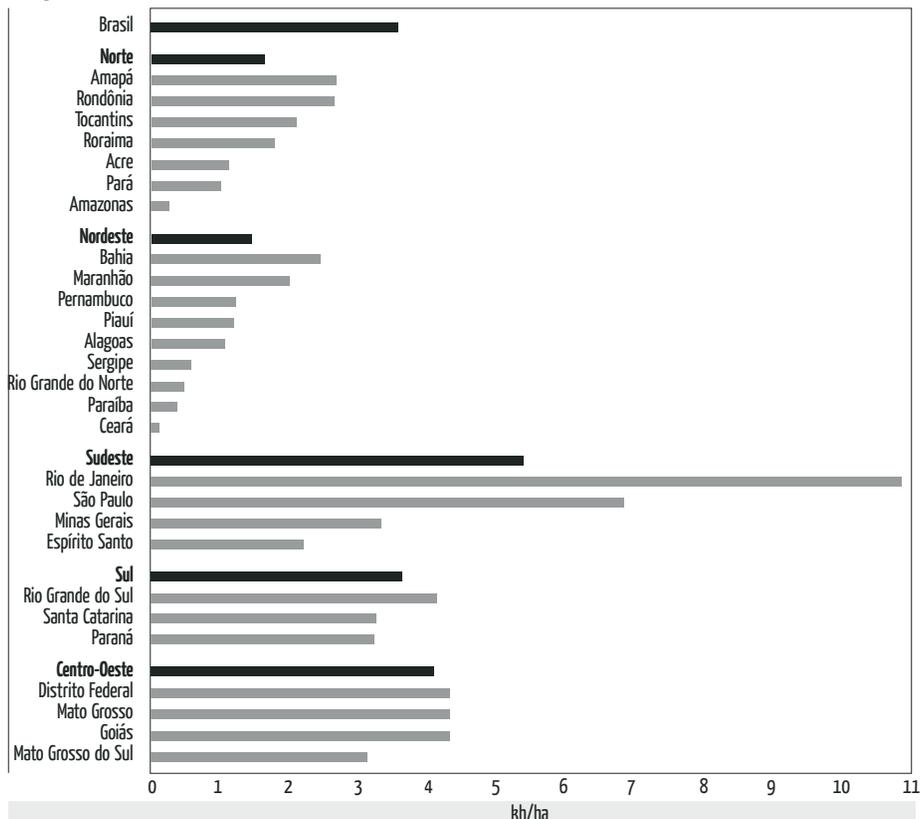
Quanto aos anos de 2008 e 2009, com a crise econômica internacional, houve uma queda na entrega de fertilizantes, provocando um declínio mais notável nas vendas de potássio. O potássio é o nutriente com maior dependência da exportação, sendo que a sua produção no País corresponde a cerca de 8% do total consumido. Finalmente, o ano de 2010 foi marcado por forte demanda no mercado internacional por commodities, estimulando o plantio e consequentemente a compra de fertilizantes.

No que se refere ao estado de Goiás, nota-se que, comparativamente ao restante das unidades da federação, o mesmo juntamente com o estado de Minas Gerais, foi um dos que mais fizeram uso de fertilizantes.

No quadro geral, no Brasil houve crescimento no que se refere ao uso desses produtos na agricultura. Em 2006, utilizava-se no país 141,4 quilos de fertilizantes por hectare, ante 128,8 quilos utilizados no ano de 2000, ou seja, houve aumento de 9,76%. O problema disso é que, com o uso excessivo de fertilizantes, pode ocorrer acidificação dos solos e a contaminação de aquíferos e reservatórios de água. Nesse sentido, o estado de Goiás aparece com números mais positivos, haja vista que seu uso de fertilizantes por área caiu 9,41% em 2006, quando comparado a 2000 (Vieira e Queiroz, 2009).

Já quanto à utilização de agrotóxicos, segundo o IBGE (2012), os agrotóxicos mais intensamente aplicados são os herbicidas (mais de 50% do total), usados no controle de ervas daninhas, seguidos pelos inseticidas, fungicidas e acaricidas. O amplo uso de herbicidas está associado às práticas de cultivo mínimo e de plantio direto no Brasil, técnicas agrícolas que usam mais intensivamente o controle químico de ervas daninhas (Gráfico 3).

Nesse caso, o movimento é semelhante ao dos fertilizantes. No mesmo período considerado, o estado de Goiás verificou queda de 15,63% do uso de agrotóxicos por unidade de área, saindo de 4,03 Kg/ha para 3,4 Kg/ha e aumento de 15,94% no Brasil, que saiu de 2,76 Kg/ha para 3,2 Kg/ha. Levando isso em consideração, o problema é explicado pelo fato de os agrotóxicos tenderem a se acumular no solo e seus resíduos podem chegar às águas superficiais por escoamento e às subterrâneas por lixiviação, podendo ainda causar problemas de saúde na população por conta do consumo de alimentos nos quais foram aplicados (IBGE, 2008).

**Gráfico 3****Utilização de agrotóxicos e afins, segundo as grandes unidades da federação  
2009**

Fonte: IBGE, 2012 - Indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil.

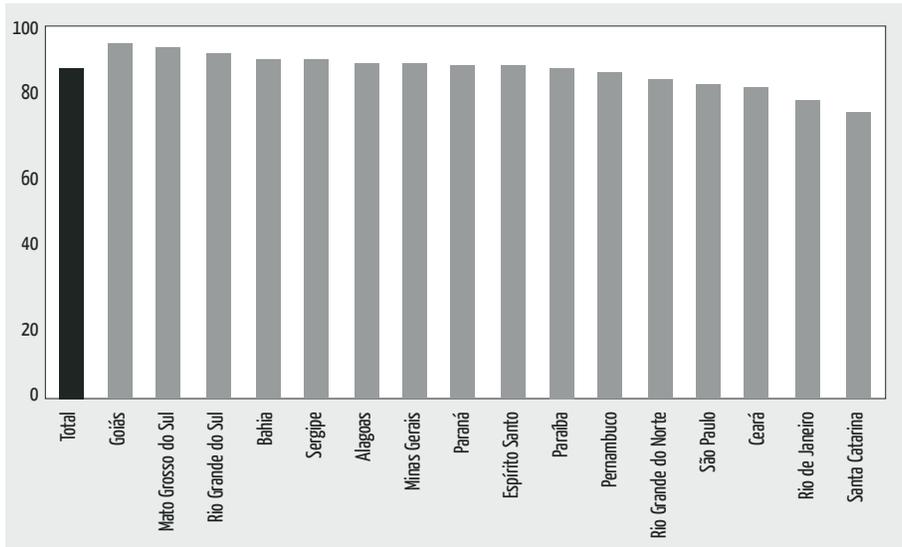
Quanto aos fatores que aumentam a emissão de gases estufa no Brasil são os desmatamentos e as queimadas. Especificamente com relação às queimadas, um levantamento indicou que pode estar havendo aumento delas no Brasil como um todo e uma significativa redução no estado de Goiás, dados o registro do número de focos de calor. Naquele estado, o número de focos de calor caiu 45,4% em 2006 com relação a 2000, ao passo que no Brasil esse número aumentou 12,8% no mesmo período.

Por outro lado, em termos dos indicadores que apontam a evolução do desmatamento, os dados disponíveis mostram apenas um ligeiro aumento no Brasil como um todo e um aumento mais significativo em Goiás. Em termos dos números relativos às áreas remanescentes de desflorestadas da Mata

Atlântica, para o período de 2000 a 2005, o desflorestamento aumentou 1% no Brasil, saindo de 93.352Km<sup>2</sup> para 92.402Km<sup>2</sup> e 7,9% em Goiás, saindo de 418Km<sup>2</sup> para 385Km<sup>2</sup>.

#### Gráfico 4

Unidades da Federação – Proporção da área desmatada da Mata Atlântica Até 2010



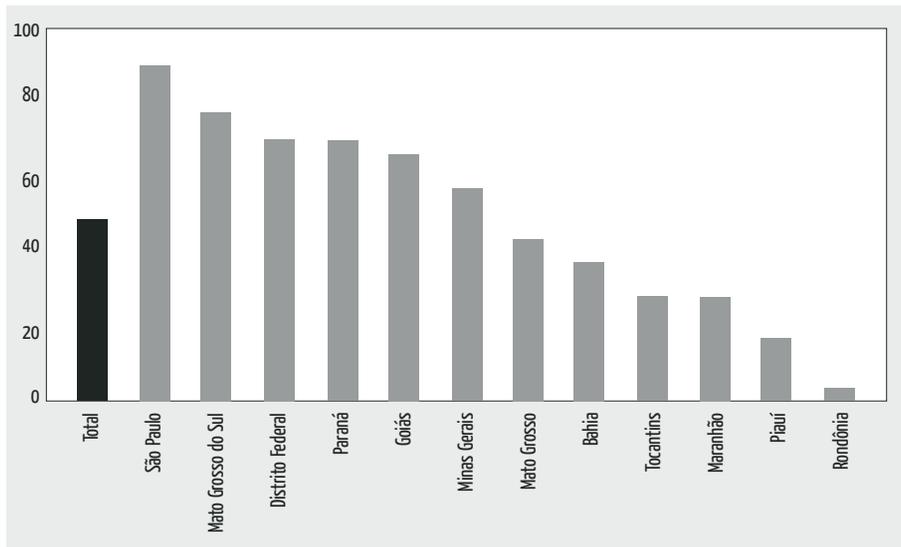
Fonte: IBGE (2012) – Indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Segundo os indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE (2012), a Mata Atlântica teve 88% de sua área desmatada até 2010. As taxas de desmatamento são elevadas em todas as Unidades da Federação, sendo que, em termos relativos, Goiás apresenta a maior taxa (95%) e a menor ocorre em Santa Catarina (77%).

Ainda segundo os mesmos indicadores, o Cerrado teve cerca de 49% de sua área desmatada. Os níveis de desmatamento são bastante variados, por Unidade da Federação, sendo o maior para São Paulo, com cerca de 90%, e o menor para Rondônia, com apenas 3% (Gráfico 5).

Ao se analisar a quantidade de domicílios com lixo coletado, o que se percebe é que a ação do homem sobre o meio ambiente é evidente. A questão é que o lixo não coletado pode contaminar o solo e o lençol freático, além de provocar problemas de saúde pública. Neste sentido, é lícito destacar a evolução observada na coleta de lixo nas áreas rurais do Brasil e também de Goiás. No Brasil houve um aumento de 101,64% do percentual do lixo coletado nas

## Gráfico 5

Unidades da Federação – Proporção da área desmatada de Cerrado  
Até 2010

Fonte: IBGE (2012) – Indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil.

áreas rurais e, em Goiás, esse aumento foi ainda maior: 173,42%. Nas áreas urbanas o aumento foi menos expressivo neste período, mas o fato é que não há mais espaço para ocorrer um aumento da magnitude do ocorrido nas áreas rurais, pois o Brasil já contava com 97,1% de lixo coletado em 2006 e Goiás com 98,7%. Assim, houve aumento de 6,47% e 8,46% do percentual de lixo coletado nessas duas regiões, respectivamente, entre 2000 e 2006.

No caso do abastecimento de água, verifica-se que nas áreas urbanas houve elevação de 3,93% do percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento pela rede geral no Brasil e de 13,58% no estado de Goiás. Neste estado, 76,6% desses domicílios tinham abastecimento de água pela rede geral em 2000, percentual que passou para 87,0% em 2006. Já no Brasil esses percentuais eram de 89,1% e 92,6%, respectivamente em 2000 e em 2006. Nas áreas rurais vale salientar que os números acima representam uma ótima evolução, tanto do Brasil, quanto do estado de Goiás neste aspecto. Os dados mostram que no Brasil o percentual de domicílios rurais com abastecimento pela rede geral aumentou 53,93% entre 2000 e 2006 e que em Goiás o aumento foi de 67,54% nesse período. Com relação a essa variável, sua importância é verificada quando se tem em mente que outras formas de abastecimento de água, que não a rede geral, podem não

ter a qualidade desta, podendo, portanto, redundar em problemas de saúde e higiene para a população.

Outra questão importante no que se refere aos indicadores de sustentabilidade é a análise da do esgoto sanitário. As informações mostram que o mesmo é um problema sério e recorrente no Brasil. Embora tenha tido evolução, ainda tínhamos no país em 2006 45,5% da população sem esgotamento pela rede coletora nas áreas urbanas e 95,8% nas áreas rurais. Em Goiás os números são ainda piores: 64,4% dos domicílios não possuíam esgotamento pela rede coletora nas áreas urbanas e 99,8% nas áreas rurais.

Na ausência da rede coletora, a população tem procurado outras formas de esgoto sanitário para resolver o problema (fossa séptica, fossa rudimentar, vala ou lançamentos nos rios), dado que o percentual de pessoas que não tinham nenhum tipo de esgoto sanitário nas áreas urbanas caiu de 3,1% em 2000 para 1,7% em 2006 no Brasil e de 1,9% para 0,7% em Goiás no mesmo período. Nas áreas rurais a queda foi ainda mais expressiva: no Brasil passou para 24,9% em 2006, ante 37,6% em 2000; já em Goiás, os percentuais foram de 24,2% e 5,9% respectivamente. Essa evolução é condição necessária principalmente para reduzir as doenças ligadas à contaminação da água por coliformes fecais e para evitar que ocorram problemas relacionados ao uso de águas contaminadas para a irrigação, aquicultura e recreação.

Assim, se faz necessário separar os indicadores de desenvolvimento sustentável em dois grandes grupos. O primeiro é formado por indicadores que dependem muito mais do comportamento de agentes privados do que da ação do estado e é composto pelo uso de fertilizantes, pelo uso de agrotóxicos, pelo número de focos de calor e pelas áreas remanescentes deflorestadas da Mata Atlântica. Já o segundo grupo é composto pelos domicílios com lixo coletado, pelos domicílios com abastecimento de água pela rede geral e pelos domicílios com esgoto sanitário, ou seja, indicadores cuja evolução depende mais do estado do que do público em geral (Vieira e Queiroz, 2009).

Os indicadores que fazem parte do segundo grupo têm apresentado melhoras, tanto no Brasil, quanto em Goiás, indicando maiores investimentos públicos nessa área. Por outro lado, os indicadores do primeiro grupo apresentaram piores no Brasil no período de 2000 a 2006, embora tenham melhorado em Goiás no mesmo período – com exceção das áreas remanescentes desflorestadas da Mata Atlântica.

Quanto ao caso específico das queimadas, vale destacar que houve queda significativa dos focos de calor (que indicam o aumento das queimadas) no estado de Goiás no período analisado, enquanto no Brasil esses focos aumentaram. Assim, o que se percebe é que há indicações da possibilidade de cum-

primento das metas ambientais do governo mais facilmente para o estado de Goiás, do que de outros estados, caso os esforços do governo se concentrem mais no combate ao desmatamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, W. A. N. DO, BRITO, M. C. W. DE; ASSAD, A. L. D. E MANFIO, G. P., Políticas públicas em biodiversidade: Conservação e uso sustentado no país da megadiversidade. Disponível em: [www.hottopos.com/harvardl/politicas...publicas...em\\_biodiversi.htm](http://www.hottopos.com/harvardl/politicas...publicas...em_biodiversi.htm), acesso em 20 dez. 2013.

BARROS, R.P. de, MIRELA DE CARVALHO, S.F, MENDONÇA, R., A queda recente da desigualdade de renda no Brasil, Rio de Janeiro: Texto para Discussão n° 1258, 2007.

BARROS, R.P. de, MIRELA DE CARVALHO, S. F., MENDONÇA, R., Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil, Rio de Janeiro: Texto para Discussão, n° 1460, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil, 2007, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009. Disponível em: [www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70deficithabitacional-no-brasil](http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70deficithabitacional-no-brasil), acesso em: 3 nov. 2013.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Déficit habitacional no Brasil 2007-2008. Disponível em: [www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil](http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil), acesso em: 25 de nov. 2013.

CARDOSO, A. L.; LEAL, J. A. *Housing markets in Brazil: recent trends and governmental responses to the 2008 crisis*. International Journal of Housing Policy, n° 10, v. 2, 2010, p. 191-208.

CARDOSO, J.C. Jr., Estrutura setorial-ocupacional de emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90, Rio de Janeiro: Ipea, Texto para Discussão n° 655. 1999.

CASTRO, A.C., Contribuições da construção da Ferrovia Norte-Sul nos municípios do Centro-Oeste Goiano. Universidade Federal de Goiás. Monografia de Graduação. 2013.

CAMPOS NETO, Carlos Álvares Silva, A Crise Energética. Boletim de Política Industrial IPEA, Brasília, nº 16, p. 14-20, abr. 2002.

COSTA, F. A., Oferta de serviços de saúde pública em Goiás. Universidade Federal de Goiás. Monografia de Graduação. 2011.

FERREIRA, Leila da Costa., *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1998, p. 154.

FUKS, Mario., Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Revista Dados*, vol. 41, nº 1, Rio de Janeiro, 1998.

FUKS, Mario., Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. UFRJ, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2007). Demanda habitacional. Disponível em: [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br), acesso em: 10 jul. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Estudos e Pesquisas – Informação Geográfica, Brasil, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Estudos e Pesquisas – Informação Geográfica, Brasil, 2012.

Instituto Mauro Borges – IMB. ESTADO DE GOIÁS: Número de Empregos Formais – 2000, 2005, 2007 - 11. RAIS/TEM, elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2013.

IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas (volumes 1, 2 e 3). Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), 2009.

IPEA. O Brasil em 4 Décadas. Texto para Discussão, nº 1500. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Discussões acerca do PAC: um plano para o desenvolvimento. Disponível em: [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br), acesso em 15 nov. 2013.

MORAIS, Maria da Piedade. Breve histórico sobre o quadro atual da habitação no Brasil. In: Políticas Sociais. São Paulo, 2002.

NOGUEIRA, Mara. Programa “Minha Casa, Minha Vida”: política habitacional ou pacote anticíclico? Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG, 2012.

PÊGO, B., e CAMPOS NETO, C. A. da S., O PAC e o setor elétrico: desafios para o abastecimento do mercado brasileiro (2007-2010). Texto para Discussão Ipea, nº 1329, Brasília-DF, fev. 2008.

ROCHA, S., Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano Real, Rio de Janeiro: Ipea, Texto para Discussão n° 721. 2000.

SANTOS, João Dagoberto dos., Desenvolvimento Rural, Biodiversidade e Políticas Públicas: desafios e antagonismos no Pontal do Paranapanema – SP. Tese de doutoramento no Programa: Recursos Florestais da Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Opção: Conservação de ecossistemas florestais. Piracicaba, 2012.

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO – SEGPLAN. Tipologia dos municípios goianos baseada no valor adicionado (VA) do PIB municipal. 2011.

VALEC. Relatório de impacto ambiental. Divisa Petrolina Goiás / Jesúpolis – Ribeirão Sete Voltas (Goianésia). Ministério dos Transportes. Engenharia, Construções e Ferrovias S/A. 2002.

VALEC. Terminal Multimodal de Porto Nacional. 2013.

VIEIRA, E. R. e QUEIROZ, A. M. Indicadores Ambientais do Brasil e de Goiás, o Protocolo de Kyoto e os desafios da Cúpula de Copenhague. Revista Conjuntura Econômica Goiana, n° 12, dez. 2009.

*Emaisgoias*, Goiás, 9 abr. 2013. Disponível em: [www.emaisgoias.com.br/noticias/economia/2013/9/4/38450.html?Caixa+Economica+concede+R\\$+4,7+bi+em+credito+imobiliario,+em+Goias+](http://www.emaisgoias.com.br/noticias/economia/2013/9/4/38450.html?Caixa+Economica+concede+R$+4,7+bi+em+credito+imobiliario,+em+Goias+), acesso em: 24 jul. 2013.

*O Popular*, Goiás, 21/12/2012. Disponível em: [www.opopular.com.br/editorias/economia/cr%C3%A9dito-imobili%C3%A1rio-%C3%A9-recorde-em-goi%C3%A1s-e-caixa-quer-ampliar-1.253618](http://www.opopular.com.br/editorias/economia/cr%C3%A9dito-imobili%C3%A1rio-%C3%A9-recorde-em-goi%C3%A1s-e-caixa-quer-ampliar-1.253618), acesso em: nov. 2013.

## SITES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS CONSULTADOS

Infraero – [www.infraero.gov.br](http://www.infraero.gov.br)

Ministério Público de Goiás – [www.mpggo.mp.br/](http://www.mpggo.mp.br/)

Secretaria de Segurança Pública – [www.ssp.go.gov.br/](http://www.ssp.go.gov.br/)



## **SOBRE O AUTOR**

SANDRO EDUARDO MONSUETO - possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (2002), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR - 2003) e Doutorado pela Universidad Autónoma de Madrid (2008). É professor da FACE (UFG) e pesquisador do Nepec.

O livro *Goiás 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Offset 75g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

O presente livro, parte integrante da coleção **Estudo Estados Brasileiros**, busca revelar aos leitores e leitoras o estado de Goiás.

Contribui de maneira indelével ao debate atual da questão regional e nacional a partir de aspectos econômicos e sociais daquela unidade da federação. Por fim, analisa as condições de infraestrutura, emprego baseando-se em dados da demografia, políticas públicas e investimentos.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-250-0



9 788576 432500